



8.ª Reunião (Ordinária) da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2021-2025

14/04/2023

Ata da Assembleia de Freguesia

No dia catorze de abril de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia de Freguesia do Lumiar em sessão ordinária. A sessão iniciou-se pelas 19h30, em regime presencial:

Presidente: João Pulido Pereira Freire de Andrade

1.º Secretário: Pedro José Pereira Meneses Monteiro

2.º Secretário: Maria Clara Currito Gargalo Ferreira da Silva

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

A. Período Antes da Ordem do Dia

1. Eleição do Vogal da Junta de Freguesia do Lumiar;
2. Aprovação de atas;
3. Moções, recomendações e votos.

B. Período Aberto ao Público

C. Ordem do Dia

1. Informação escrita do Presidente – 1.º trimestre 2023;
2. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação;
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2022;
4. Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2023 (PPI e PPA) e da Norma de Execução Orçamental;
5. Apreciação e votação da alteração ao Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia;
6. Relatório sobre o Estatuto do Direito de Oposição.

PAOD (Período Antes da Ordem do Dia)

Presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar, João Pulido Pereira Freire de Andrade (Centro Democrático Social-Partido Popular) deu início à 8ª reunião ordinária do quadriénio 2021-2025. Referiu que têm uma noite de trabalho muito grande, com muitas propostas e muitos trabalhos a fazer. Começou por dar conta das substituições para esta assembleia de freguesia. No Partido Social Democrata (PSD), Camila Alexandra de Almeida Monteiro Botão substituída por Nuno Texier, Mário Manuel Paisana dos Santos Lopes por José Augusto Felício, no Partido Socialista (PS) Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César por Osita Eleutério, Henrique João Tavares Frias Sá Melo por Joaquim Cerqueira, Isabel Maria Rendeiro Vicente por Pedro Saraiva. Acrescentou que iriam ter uma situação que é a tomada de posse de um novo membro do PS, por resignação da Sra. Dulce Pássaro, o novo membro vai tomar posse hoje. Depois, da Coligação Democrática Unitária (CDU), João Camilo Vieira Carvalho Gonçalves é substituído por José Sobreda Antunes. São estas as substituições que têm a efetuar. Mencionou que existe uma situação que, atempadamente, informaram a assembleia de freguesia, houve um membro do executivo que pediu a sua demissão, portanto têm ali do lado do executivo uma proposta para a entrada de um novo vogal. Pediu então ao Sr. Presidente da Junta para fazer a declaração da sua proposta do novo vogal.

Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Ricardo Mexia cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, os membros da assembleia, os membros do executivo e todos os cidadãos que estão a assistir à assembleia. Na sequência do que foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia, houve um pedido de renúncia de um dos membros do executivo, que foi aceite, e estão agora ali a propor a eleição de um novo membro. Gostariam de propor o Rodrigo Benitez, que é membro da assembleia, a ser eleito para o executivo da Junta.

Presidente da Assembleia de Freguesia mencionou que, perante esta proposta, passou à votação, mas antes pediu ao membro do PS, Pedro Ângelo, que falasse.

Pedro Machado Roque Ângelo (PS) referiu que antes de se proceder à votação, o grupo parlamentar do Partido Socialista gostaria de saber as razões da renúncia, se for possível saber.

Presidente da Junta de Freguesia referiu que, mais do que ele, provavelmente o visado seria a pessoa indicada para responder à questão. O José Silva Pinto entendeu que não estavam reunidas as condições para continuar no executivo e foi por isso que apresentou a sua renúncia ao mandato.

Pedro Machado Roque Ângelo (PS) na sequência deste esclarecimento, afirmou que ficaram sem perceber, que não estavam reunidas as condições, não sabem quais é que foram as condições. Deixou uma segunda questão, se o antigo vogal vai assumir funções como membro da assembleia de freguesia.

Presidente da Assembleia de Freguesia afirmou que não, pediu também a renúncia. Informou que o novo vogal não precisa de fazer uma tomada de posse, porque já a fez, anteriormente, logo no dia da primeira assembleia de freguesia que tiveram.

Pedro Lages Abrantes Pavia Saraiva (PS) cumprimentou todos os presentes, indicando que já percebeu que o membro que será votado como futuro membro do executivo da Junta tomou posse como membro da assembleia de freguesia, o que questionaram foi o

momento seguinte. Percebendo isso, e de facto o membro proposto para fazer parte da Junta tem de ser membro efetivo da assembleia de freguesia, a sua pergunta era o momento seguinte, quem é que vai substituir o membro atual da lista da assembleia de freguesia que vai passar para o executivo da Junta. Tem de ser alguém, que é o membro seguinte da lista, que tomará posse no dia de hoje, no momento seguinte, como membro da assembleia.

Presidente da Assembleia de Freguesia informou que era precisamente isso que iria acontecer. O que propôs foi fazer primeiro a tomada de posse do Artur David Cunha Reis (PS), para poder votar nesta situação, depois o vogal, se for aceite, passará para o executivo e entrará uma pessoa para substituir o Rodrigo Benitez, que vai tomar posse. Há aqui dois momentos para que o Artur possa votar, mas como o Artur ainda não está presente, vão ter de ir avançando. Pediu a todos que votassem e introduzissem na urna. Solicitou também dois escrutinadores para o ajudarem na análise dos votos, perguntou se alguém se oferecia. Como ninguém se ofereceu, escolheu. Pediu ao PS e ao PSD para o fazerem.

Procedeu-se à votação.

Presidente da Assembleia de Freguesia pediu aos dois escrutinadores que dessem a informação da votação.

O resultado foi 11 votos a favor e 7 abstenções.

Presidente da Assembleia de Freguesia confirmou os 11 votos a favor, 7 abstenções e nenhum contra. Referiu que são 18 votos porque o Artur Cunha Reis (PS) ainda não pôde votar, já que ainda não tinha tomado posse. Pediu então uma salva de palmas para o Rodrigo Benitez. Solicitou ao Rodrigo Benitez que se aproximasse e tomasse posse na mesa do executivo. De seguida, pediu ao Eduardo Pedro do Lago Serralheiro Barroso (CDS-PP) que substituísse o Rodrigo Benitez, porque é o membro seguinte do CDS na lista Novos Tempos. Seguidamente, informou que iriam fazer a tomada de posse dos dois, do Artur Cunha Reis e do Eduardo Barroso. Pediu aos dois que se aproximassem da mesa onde está

o documento para assinarem e que facultassem o Cartão de Cidadão para verificação que está tudo correto.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou para a votação da ata da última assembleia de freguesia. Referiu os membros que não estiveram presentes na última reunião, foram eles: Pedro Ângelo, Sobreda Antunes, Artur Cunha Reis, Eduardo Barroso, José Felício e Nuno Texier. Foram seis pessoas que não estiveram presentes e que não vão votar.

13 votos a favor. Aprovada por unanimidade dos presentes nesta e na reunião anterior.

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE) informou a quem faz as atas que LIVRE escreve-se sempre com maiúsculas, com todas as letras em maiúsculas.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que têm ali uma situação que vão por à votação da assembleia. O LIVRE apresentou um documento que não vinha referido se era moção ou recomendação. Os serviços da Junta classificaram-no como sendo uma moção, a Moção n.º 8, mas foi pedido pelo representante que a moção fosse retirada e passasse para uma recomendação. Como isto é uma alteração ao que estava inicialmente feito, pôs à votação da assembleia que aprovassem esta modificação, uma alteração de Moção n.º 8, que é alterada, e introduzir uma nova recomendação, que será a Recomendação n.º 8 do LIVRE. É uma questão meramente administrativa. Passou à votação.

19 votos a favor desta alteração.

Marta Regina Silva dos Santos Vieira (PSD) Se é retirada a moção 8, a numeração das outras tem que ser retificada.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que não, porque é retirada, ela existia e foi retirada. Ela existia, estava na ata, mas o subscritor pediu para a retirar. Só o podia fazer com a autorização da assembleia.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que há uma outra situação que precisava de explicar, que foi pedida pelo representante da Saudação n.º 6, do Bloco de Esquerda (BE), em que há uma pequena alteração à proposta. Informou que é no fim da proposta, na parte deliberativa, no ponto 1, “evidenciar o 49.º aniversário”, retirar o “evidenciar” e passar para “saudamos o 49.º aniversário da Revolução”, é só essa alteração, de evidenciar para saudamos. Solicitou que registassem esta situação. Referiu que têm 23 propostas para votar, para apreciar, para comentar, muito trabalho pela frente. Tendo em conta que o seu tempo não é ilimitado, pediu que fossem muito sucintos. Perguntou quem queria comentar os documentos do PAOD.

João Maria Charneca Condesso (CHEGA) cumprimentou todos os presentes. Antes de mais, quis saudar a quantidade de propostas que têm ali hoje. Gostaria de colocar uma pequena questão ao Executivo, relativamente ao ponto de situação das propostas aprovadas nas outras assembleias, em concreto as duas propostas aprovadas pelo CHEGA, era bom depois terem um ponto de situação, como o acordo com a Associação Portuguesa de Surdos e a pintura da passadeira na Quinta do Olival, em que ponto estão essas situações? São coisas simples, nada de complicado. Com a Associação Portuguesa de Surdos, até se propôs para intermediar e para avançar com a situação, mas parece que não houve nenhuma novidade. Avançando para as propostas do dia, em relação à Moção n.º 4 do PEV (Partido Ecologista “Os Verdes”), vai fazer alguns comentários, negociação da paz entre a Rússia e a Ucrânia, tem alguma pena que o senhor Sobreda Antunes não tenha feito qualquer referência às razões por não ter havido negociações de paz e quem é que está por trás dessas razões. Talvez isso se devesse à parte que iniciou o conflito, era bom que tivesse feito algum comentário sobre esse tema. Avançando, concorda com o objetivo dessa moção no geral, também pensa de outra forma, Portugal neste momento, tomara que resolvesse os problemas que tem, o governo português conseguir dar conta do recado a nível interno, o governo está quase a naufragar, não lhe peçam mais, é um bocadinho fora de pé esse pedido. Aliás, se não fosse o aconchego do Sr. Presidente da República, provavelmente já não tinham este governo e já tinham a dissolução da assembleia. A Moção n.º 6 do PSD, sobre o sistema antissísmico do novo hospital de Lisboa, deu nota que o CHEGA foi o primeiro partido a denunciar essa situação no Parlamento, pela deputada Rita Matias. Fez uma pequena correção, no último parágrafo da página 2, estão a falar de eficácia e não de eficiência. É só um pequeno pormenor. Naturalmente, vão votar a

favor dessa moção. A Moção n.º 8, do LIVRE, sobre a transparência e o combate à corrupção, que agora é recomendação, os objetivos dela são todos objetivos que o CHEGA já tinha proposto na comissão de transparência, que depois não foi aprovada, e sobre a qual o LIVRE se absteve. Propõe o LIVRE criar um departamento de transparência, mas no meio do quê? Do próprio executivo? Isso não faz muito sentido. Torna-se num departamento com pouca independência para funcionar. Por outro lado, a participação cívica que é proposta, a participação cívica é de louvar que exista, mas quando a levamos para extremos, às tantas estamos a perder o sentido do que é o voto na democracia, deixamos de estar a delegar as competências no executivo e passa o povo a decidir tudo, é preciso haver aqui um equilíbrio, até onde é que se deve levar esta participação cívica. Não poderá votar favoravelmente essa recomendação, só se esses dois pontos forem retirados. A Moção n.º 9, da Iniciativa Liberal (IL), considera que essa moção é interessante, mas carece de um estudo, não há nenhum estudo subjacente a essa moção. Não se pode avançar com um investimento, que implica mais bicicletas e mais manutenção de equipamentos, sem se saber exatamente se há potencial de utilização, se os fregueses estão mesmo a precisar de mais bicicletas e postos para as estacionar. A Recomendação n.º 2, do CDS, a requalificação do jardim, mencionou que não conhece esse jardim, mas os jardins não é suposto terem infiltrações de águas pluviais, o jardim não deve ser para ficar com cimento, não sabe qual é o objetivo, espera que possa ser esclarecido. O requerimento da Iniciativa Liberal, sobre a prestação de contas, está perfeitamente de acordo, só coloca é uma pequena questão, estava a olhar para o regimento. Um requerimento é sobre a forma como decorrem os trabalhos, o que a IL quer é o conteúdo, nomeadamente que o executivo faça a sua prestação de contas sobre o desenrolar dos trabalhos acerca da implementação das propostas aprovadas. Deixa ao cuidado do presidente da mesa se isso faz sentido. A Saudação n.º 3 do PEV, em relação ao aniversário da ADFFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas), acha que o aniversário deve ser saudado, mas colar o aniversário da ADFFA ao 25 de Abril não faz muito sentido, não tem muito a ver, a ADFFA tanto defende o 25 de Abril como defende o 25 de Novembro, se calhar até defendem mais o 25 de Novembro. Este órgão democrático onde o PEV se encontra, se existe é porque alguém teve a coragem de acabar com o PREC (Processo Revolucionário em Curso), senão tínhamos aqui um regime autoritário. Portanto, considera que é um bocado forçado, não poderá acompanhar essa saudação.

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE) apresentou a sua proposta, o documento do LIVRE, agradecendo a alteração para recomendação. Simplesmente, considera que este tópico da transparência é transversal a todos os partidos. Considera que pode melhorar aqui na Junta do Lumiar, já deu vários exemplos, como os ajustes diretos, a não publicação de todos os documentos no Base, a não publicação das atas das reuniões do executivo. É importante a aprovação desse documento, que é bastante diferente do apresentado pelo CHEGA, porque passamos uma mensagem de transparência da sua parte e dão as ferramentas necessárias para que os cidadãos participem na vida local. Em relação aos outros documentos, não tem nada a acrescentar.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) em relação aos documentos apresentados pelo Partido Social Democrata, a Moção n.º 5, o que pretendem é corrigir uma injustiça na atribuição do valor ao Lumiar, para apoiar a higiene urbana na manutenção da freguesia, no que diz respeito à pressão turística que existe na cidade de Lisboa. Apresentam vários exemplos que demonstram que o estudo que neste momento é usado e que vem de 2019 não foi reavaliado e a justificação foi que houve o Covid, a pressão turística que tínhamos naquela altura deixou de existir e neste momento ainda não a voltámos a ter, mas já nessa altura o estudo era penalizador para a Junta de Freguesia do Lumiar e não demonstrava o que realmente acontece no Lumiar. De seguida, apresentou a Moção n.º 6, considera que é um tema muito importante, que não é exclusivo de nenhum partido, todos eles deveriam ter essa preocupação, os sismos são realmente imprevisíveis, resultam em vários prejuízos materiais e percas de vidas e não podem prevêê-los, podem sim identificar as zonas de risco e prevenir e instruir a população e tentar minimizar os efeitos dos sismos, e é o seu dever, enquanto forças políticas, alertar para as situações que devem ser corrigidas. Pediu autorização ao Presidente da Assembleia de Freguesia, para passar um vídeo do Mário Lopes, que é especialista na matéria.

Presidente da Assembleia de Freguesia informou que iria autorizar porque o Mário Lopes está na Turquia e disse-lhe que é uma apresentação muito curta, com dois minutos e qualquer coisa, e sendo o Mário Lopes e sendo o tema que é, sendo um especialista, acabou por anuir a isso, acabando por ser um valor acrescentado para esta reunião.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) acrescentou que apresentaram o documento de instalação das vias ecológicas, por um futuro sustentável, a sua proposta é para implementar uma solução mais higiénica e mais sustentável na freguesia do Lumiar. É uma solução que existe noutras freguesias, cá não está a ser muito implementada pela Câmara Municipal de Lisboa e têm zonas na cidade e na freguesia que podem vir a ter grandes benefícios com essa solução. Em relação aos documentos dos outros partidos, quis fazer alguns comentários. Em relação à Moção n.º 3, da CDU, vai pedir na altura de votação para se votar ponto a ponto, porque o estudo deve avaliar as análises dos utentes sem condicionar o próprio estudo, o Ponto 3, na sua opinião, condiciona o estudo e a avaliação que o documento propõe. Em relação à Moção n.º 4, da CDU, consideram que a Ucrânia está a ser vítima de uma agressão e que tem o direito de se defender e exigir que o agressor saia dos seus territórios. Claro que são a favor de qualquer tipo de negociação que ponha fim a essa agressão, mas não podem obrigar que se pare o confronto e a situação se mantenha de maneira que a parte agressora saia beneficiada. Mas são a favor das negociações, que ambas as partes sejam ouvidas na tentativa de se estabelecer a paz. Falou também da Recomendação n.º 4, da CDU, na verdade não conseguem compreender qual a razão de criação deste grupo de trabalho, a sua necessidade, os objetivos, o que vai fazer, verificar a existência das medidas de segurança, qual é a necessidade que se tem, e será que tem de ser um grupo de trabalho para fazer essa avaliação? Não pode ser um simples cidadão de Lisboa a recolher essa informação? Não vão acompanhar esse documento. A proposta da IL, acham que, realmente, foi votada na assembleia de freguesia anterior, se devem abster, porque qualquer membro desta assembleia pode requerer essa informação à Junta de Freguesia. Em relação à Saudação n.º 2, da CDU, ao 49º aniversário do 25 de Abril, concordam com o teor do 25 de Abril e do documento, estranham é algumas frases apresentadas, nomeadamente de um partido que quando um país europeu, irmão nosso, que está a ser invadido e agredido, não se tenha tentado defender dessa agressão e utilize frases como “enfrentamos desafios novos, mas com a convicção e determinação de que não pode haver recuos nem desvios no caminho da paz e no desenvolvimento da democracia, da liberdade e de solidariedade”, é muito bonito escrever este tipo de frases, mas, acima de tudo, devemos de defender aquilo que escrevemos.

Foi projetado o vídeo feito por Mário Manuel Paisana dos Santos Lopes.

Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP) saudou os presentes, referiu que queria só reiterar a clareza do voto de louvor pelo Aniversário da Freguesia, que lhe parece também sempre oportuno. Na recomendação da velocidade dos radares, pediu a subscrição do documento que a IL apresenta, por uma questão de coerência com aquilo que eles têm e os argumentos que ele usa para um usa para os dois, solicitou estão um pedido de subscrição, a sua foi em sessões diferentes, a sua aborda os dois.

Carlos Manuel Marques Figueira (IL) saudou os presentes, mencionou que queria fazer uma resenha muito rápida. Informou que aceita a subscrição, porque faz todo o sentido. Gostaria também de subscrever a Recomendação n.º 1, do CDS, que também já tinham apresentado ali numa outra sessão, sobre a questão da Santos e Castro, neste caso, nesta assembleia, trazem apenas para a Av. Padre Cruz. Sabem que são situações diferentes, vão ter velocidades definidas diferentes, a que está atualmente é algo que está completamente inadequado, é natural que a velocidade deva ser controlada dentro das cidades, o que está em causa é que os dois radares são verdadeiras armadilhas, não trazem um papel pedagógico que o Estado deva ter, mas trás meramente um papel de conseguir angariação de verbas por via de coima de coisas que não fazem sentido. No caso da Santos e Castro isso é mais do que evidente, para não dizer outra palavra que levasse isso para o ridículo. Em relação ao Lumiar é isto. Trouxe uma resenha sobre algumas tomadas de posição que vão ter, para dizer o seguinte, em relação à Moção n.º 1 da CDU, diz coisas interessantes em relação à defesa dos utentes de saúde na freguesia do Lumiar, a IL está perfeitamente a favor, não é isso que está em causa, mas vão tomar uma posição de abstenção, naturalmente não se opõem à edificação do Centro de Saúde de Telheiras, faz falta e já foi prometido há muito. Eles não acreditam é que todo o texto que está nessa moção seja a solução desses problemas. Também quis referir que, apesar dessa abstenção, ela diz que deviam saudar o Serviço Nacional de Saúde e os seus profissionais, a IL quer saudar os profissionais de saúde, os bons profissionais de saúde, com grande apreço. Saudar o Serviço Nacional de Saúde tal como ele está atualmente é quase, neste momento, antagónico, quase um contrassenso, têm de salvar o Serviço Nacional de Saúde e para isso é preciso fazer muita coisa e a sua visão não é idêntica à da CDU nesse aspeto. Outra questão que gostaria de falar, a CDU nesta Moção n.º 4, claro que sim, claro que são a favor da paz entre a Rússia e a Ucrânia, mas têm de ser muito claros e sabem bem a posição que a CDU tem tido nesta questão, têm de ser claros em dizer que na Europa está a haver uma invasão de um estado soberano por outro estado e é reconhecido assim

internacionalmente. Naturalmente que deve haver negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, aquilo que a Rússia tem de fazer, nomeadamente todos os caminhos diplomáticos não devem terminar sem que a Rússia devolva, iria até mais longe, em que a Rússia tem, do seu ponto de vista, responsabilidades na própria reconstrução daquilo que estragou na Ucrânia. Vão-se abster mais pelo texto em si do que, obviamente, não estarem a favor que termine rapidamente esta guerra. Em relação ao LIVRE, a recomendação que traz, vão-se abster e é curioso absterem-se em algo que já levaram ali, uma recomendação praticamente idêntica. Vão-se abster, não estão nada contra a transparência e a participação cívica de todos os fregueses, consideram é que o tema da transparência, uma das maiores bandeiras da Iniciativa Liberal, não só na freguesia do Lumiar, e foi uma bandeira aqui também para o Lumiar e daí a insistência para que haja mecanismos, como o *site*, para que se faça escrutínio. Só que o LIVRE depois trouxe uma extensão tão lata do tema que depois é quase impossível concretizar, nesse sentido vão-se abster. Finalmente, uma questão para o membro do CHEGA, a questão do estaleiro de produção betão, ficou na dúvida, quando leu a recomendação, ele está efetivamente na freguesia do Lumiar ou está na freguesia de Carnide, ficou com essa dúvida, mas, naturalmente, o problema se está a afetar pessoas, tem de ser considerado. Ficou com essa dúvida. Em relação à saudação, da CDU, relativamente aos Inválidos do Comércio, por um lado deve regozijar-se por ver a CDU a fazer aqui um voto de apreço a uma iniciativa particular e fica quase sensibilizado ao ler essa frase, isso é verdade em termos históricos, em todo o caso vão, e tem alguns receios, porque, como sabem, a Associação Inválidos do Comércio, por questões familiares, tem uma ligação de apreço no passado, no entanto é uma associação que hoje em dia, nos últimos anos, tem levantado algumas questões, que foram trazidas a público pela imprensa, questões internas que vão saindo cá para fora. Portanto, considera que há aqui mérito da Associação, esse voto de saudação, pelo menos não seja a melhor altura para se fazer essa saudação que vão, graças ao histórico, vão ter uma abstenção. Há aqui dois votos de saudação ao 25 de Abril, da CDU e do Bloco de Esquerda, já sabem que os votos de saudação a grandes datas trazem grandes leituras, referiu que consegue ser a favor do voto de saudação do 25 de Abril e, como se sabe, a Iniciativa Liberal é uma força política que festeja o 25 de Abril, vão descer a Av. da Liberdade, depois também a sobem, é uma questão que têm, vão votar a favor desse texto de saudação da CDU, algumas frases no texto podiam ser questionadas, vai votar contra a do Bloco de Esquerda, uma saudação que diz Viva o 25 de Abril, é que achou que esse voto de saudação não era bem um voto de

saudação, mas era mais uma declaração política e o texto dessa declaração é um texto em que os liberais não se reveem e não conseguem subscrever.

Pedro Lages Abrantes Pavia Saraiva (PS) cumprimentou todos e, seguidamente, fez uma breve referência geral aos documentos distribuídos para esta reunião, sem antes dar conta ao Sr. Presidente que bem sabe da obrigatoriedade para que os documentos sejam enviados com 48 horas de antecedência, como sabem enviou um com menos de 48 horas de antecedência, dar conta da dificuldade que têm todos em analisar 40 documentos, muitos deles sem qualquer ligação, nem indireta, com a freguesia. Muitas vezes queixam-se quando documentos de outros partidos não têm nenhuma conexão com a freguesia, quando depois na reunião seguinte apresentamos documentos que também não a tem. Acrescentou que deveriam tentar dar alguma coerência à forma como fazem o seu trabalho político nestas assembleias. Feita esta breve nota, quis, em primeiro lugar, dar conta que estiveram ali perante uma epifania com o excesso de velocidade na freguesia, contrária a tudo o que está a acontecer na Europa e no mundo. Vemos vários partidos com muita vontade de aumentar os limites de velocidade na freguesia do Lumiar, deu apenas nota que, como saberão, esta competência não é da freguesia, nem tão pouco do município, para além de que do ponto de vista ambiental e da segurança isso é contrário a tudo o que são boas práticas a nível mundial. Tem pena que assim seja do ponto de vista da análise política e de como fazem as suas opções políticas ali também. Com toda a consideração pelo colega de assembleia Mário Lopes, pessoal e técnica, quis fazer, mais uma vez, referência a esse documento apresentado sobre o novo hospital de Lisboa, que é no concelho, a bastantes quilómetros de distância da freguesia do Lumiar. Referiu que a freguesia do Lumiar, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, tem várias atividades que pode fazer ao nível da proteção civil, que foram feitas no mandato anterior, foram criadas as equipas locais de proteção civil, parece que este executivo pode continuar a fazer esse caminho e aprofundar essa relação de proximidade, em vez de estarem ali a apresentar documentos, que, do ponto de vista técnico, e tem toda a consideração pelo Mário Lopes, não põe de todo isso em causa, esse esforço seria mais bem feito se, na prática, conseguissem fazer esse trabalho no âmbito daquilo que são as competências da freguesia. Acrescentou que passou na rua e viu que houve uma conferência intitulada “Futuros Sismos em Portugal”, cuja organização não percebeu se foi do PSD Lumiar ou da Junta de Freguesia, como estão os dois logos, já percebeu que o tema é caro, não percebeu bem é quem é que organizou essa conferência. Por último, quis fazer referência ao Centro de Saúde do Lumiar, ele, como acredita que

todos os outros utentes, recebeu uma carta relativa à mudança de instalações do Centro de Saúde do Lumiar, essa carta foi enviada pela ACES Lisboa Norte (Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte), bem sabe que essa decisão não é da Junta de Freguesia do Lumiar, que, pelo que foi dado a saber, reagiu publicamente dando conta de que estaria disponível para que houvesse um transporte entre este centro de saúde e o novo na Alta de Lisboa, quis perceber se é assim mesmo. Se não o é, quem é que faz esse transporte? Porque também já ouviu na Câmara Municipal de Lisboa o Vice-Presidente com o pelouro da mobilidade dizer que era a Carris a fazer esse transporte com as carreiras de bairro, queria um esclarecimento se era a Junta ou se era a Câmara a fazer esse transporte. Deu nota que em 2017, a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério de Saúde assinaram um protocolo que previa a construção de 14 centros de saúde na cidade de Lisboa, dois deles iriam abranger a zona do Lumiar, a Unidade de Saúde Familiar da Alta de Lisboa, construída no anterior mandato, para onde estão a transferir os utentes do Centro de Saúde do Lumiar, e uma nova Unidade de Saúde Familiar em Telheiras, nuns terrenos junto à Lispolis. Não tem, nem o Partido Socialista, qualquer conhecimento de desenvolvimentos do centro de saúde. A resposta e a solução para o encerramento deste centro de saúde, que está prevista há muitos anos, que não tem condições de segurança para prestar os melhores cuidados de saúde aos seus utentes. Estava prevista a construção de duas soluções e não apenas de uma, do ponto de vista muito direto, gostava de saber se a Junta de Freguesia tem alguma informação que o Partido Socialista não tenha sobre o ponto de situação desse centro de saúde de Telheiras, e se, junto da Câmara Municipal de Lisboa, aproveitou este momento para fazer pressão para que essa obra ande rapidamente e possa ser mais uma oferta e, assim sim, seja possível garantir uma resposta em condições para todos os utentes que veem agora o Centro de Saúde do Lumiar a ser encerrado.

João Maria Charneca Condesso (CHEGA) referiu que, respondendo à questão do membro da Iniciativa Liberal, o terreno que refere na recomendação do CHEGA é o terreno da ponta noroeste da freguesia, que fica para dentro da Azinhaga dos Ulmeiros e para dentro da Rua do Rio Zêzere, é mesmo na pontinha da freguesia. Na altura não deve ter observado bem o mapa.

Presidente da Junta de Freguesia referiu que, mais do que comentar os documentos, saúda a participação política e cívica das diversas bancadas, que é salutar. Quis responder a

algumas das questões que foram colocadas. Em relação à colocada pelo CHEGA, da situação das propostas previamente aprovadas em assembleia, já têm isso inventariado e já estão a trabalhar para produzir um relatório que possa informar do que está concluído e o que está por concluir, mas em relação às questões concretas que levantou, no caso das reuniões com a Associação Portuguesa de Surdos, já reuniram, ainda antes da sugestão tentaram contactar a associação, sem sucesso, o processo está em curso e agora a bola até está do lado da Associação Portuguesa de Surdos e esperam que, rapidamente, isso se possa materializar. Em relação à manutenção das passadeiras, estão em vias de resolver essas situações, passadeiras e sinais, espera que em breve isso possa ser solucionado, é um pouco por todo o território. Em relação ao trabalho da proteção civil, o Mário Lopes já foi indicado como coordenador da proteção civil e é expeável que as iniciativas, de resto ele tinha proposto no mandato anterior, realizou-se uma edição no mandato anterior, e agora possam ver o programa completo, que na altura tinham antecipado. É expeável que nos próximos meses isso possa vir a acontecer, incluindo a dinamização dos tais grupos da proteção civil local, no caso de Telheiras, o único que está em funcionamento, já tiveram a oportunidade de reunir. Em relação à conferência sobre os sismos, ela foi organizada pela bancada do PSD, aqui a questão que se coloca, porquê é que tinha o logotipo da Junta de Freguesia do Lumiar, porque a política de cedência de espaço implica a colocação do logotipo. Houve outros partidos que também solicitaram espaços, que foram cedidos, no regulamento não preveem a cedência dos equipamentos a título gratuito, que é o que faz sentido e foi assim que deliberaram em relação aos pedidos que foram feitos. Fica aqui esta nota que, eventualmente, fará sentido rever o regulamento para clarificar essa situação, no que diz respeito aos pedidos feitos pelos partidos, os espaços possam ser cedidos a título gracioso, para que a atividade política possa ser desenvolvida sem esse custo. Vão rever o regulamento, se tiverem outras propostas, para que ele possa ser alvo disso mesmo, foi uma das situações que identificaram. Em relação à questão do Centro de Saúde do Lumiar, que lhes é cara, que preocupa bastante a população, nomeadamente a mais vulnerável. É bem sabido que as atuais instalações na Alameda da Linhas de Torres não reúnem as condições mínimas há largo tempo. Havia o projeto de construção dos 14 centros de saúde, que ficou bastante aquém daquilo que era a proposta e há alguns que estão agora a ser concluídos. O Lumiar não ficou no lote que iniciou a construção, até porque havia uma placa, há um problema com a localização do mesmo, e com esse dado, já agora, o edificado seria em Carnide, nesse sentido, e perante essa informação, o que foram à procura foi de alternativas que pudessem materializar esse centro de saúde. Uma das coisas que fizeram, foi contactar

uma grande instituição de saúde da freguesia, o Hospital das Forças Armadas, e confessa que até foi melhor do que a encomenda, como se diz em português corrente, perante o contacto houve a manifestação de um interesse que pudesse ir não só pela cedência de um espaço, mas até o próprio envolvimento das forças armadas na eventual prestação de cuidados. Já fizeram saber disso junto do ACES, é exetável que possa haver algum desenvolvimento nesse sentido, isto numa perspectiva mais global. Em relação à situação concreta, tinham sido contactados pelo ACES, já tinham reforçado essa necessidade de melhoria de condições e tinham-lhes dito que tinha havido um plano para desocupar aquele edifício, entendiam que deveria de haver uma melhor solução que não fosse apenas mudar as pessoas de sítio. Aquilo que foi previsto, foi, de forma faseada, transferir parte dos utentes, alguns para as instalações da Unidade de Saúde da Alta de Lisboa, que tinha sofrido de uma erosão importante dos seus profissionais, tinham abandonado as unidades, e irá haver agora um reforço da oferta dos cuidados de saúde, foi isso que lhes foi transmitido, para melhorar o acesso desses cidadãos à saúde. Não vão ter médico de família já, mas vão melhorar a oferta em termos de acessibilidade, com o recrutamento de alguns profissionais. Em relação ao transporte, já desenvolveram, logo desde o momento em que houve essa perspectiva, esforços de melhorar a oferta do ponto de vista do acesso à Unidade de Saúde do Alto do Lumiar, várias coisas foram sendo feitas, uma delas tem a ver com a paragem do autocarro, que estava no quarteirão seguinte, ou anterior, e não tinha passeio, aquilo que, desde já, está a ser implementado, é a paragem passar a ser no quarteirão do Centro de Saúde, mesmo à frente do mesmo, numa zona que ainda nem sequer tem passeio, que está em desenvolvimento na Alta de Lisboa. Está previsto haver um reforço da oferta da Carris e isso foi dito pelo vice-presidente da Câmara e a Junta de Freguesia, com os meios que tem ao dispor, considera que deveriam reforçar essa oferta. O nosso porta-a-porta fará a ligação entre as atuais instalações do centro de saúde, a serem encerradas, e as da Alta de Lisboa, porque entendem que é importante explicar às pessoas o que está em causa. Pediram também ao ACES que se disponibilizasse em reunir com eles e com a população. Já está previsto para o dia 18, terça-feira da semana seguinte, uma reunião aberta, pública, onde estará o agrupamento dos centros de saúde, nomeadamente a sua diretora executiva, para explicar à população o que está em causa. O que aconteceu com as transferências do centro de saúde para a Alta de Lisboa, eram pessoas que eram da zona, mas há uma outra transferência, para a sede do agrupamento em Sete Rios, de pessoas que, apesar de estarem cá inscritas, mas que não são do território. Não será possível atribuir médico de família a todos, como bem sabem, o que tem acontecido no

país é até o inverso. Não só não estão a dar mais médicos de família às pessoas, o percurso até tem sido o inverso. Infelizmente, reconhece que as zonas urbanas, e particularmente as periferias, são as mais afetadas e essa é a realidade. O Lumiar tem um número muito significativo de pessoas sem médico de família. Espera que de parte do poder central haja uma iniciativa que possa suprir essa necessidade, existe até uma moção que vai nesse sentido. Naturalmente que depois se pode concordar ou discordar na forma como o podemos fazer, mas é necessária uma oferta de cuidados de saúde para os cidadãos o mais abrangente e universal possível.

Presidente da Assembleia de Freguesia fez dois comentários sobre estes documentos, um é uma proposta do Sobreda Antunes que tem a ver com a descentralização das assembleias de freguesia, e em que tem toda a razão, vão implementar isso o mais rapidamente possível, em junho, se não for em junho será em setembro. Porque são mais simpáticas para os fregueses, indo fazer a assembleia descentralizada, noutros sítios e ter a presença de outros fregueses. Disse ao Pedro Saraiva, e informar alguns membros da assembleia de freguesia, que têm uma comissão para a revisão do regimento. Estava marcada uma reunião, que acabou por não se fazer a pedido de vários membros, reconheceu que, de facto, estava muito em cima desta assembleia e queria, o mais rapidamente possível, apresentar trabalho sobre isso, sobre as alterações ao regimento, tinha proposto essa reunião, mas acedeu, porque têm muito trabalho nesta assembleia de freguesia. Portanto, seria terrível e difícil para os membros da assembleia de freguesia estar a preparar documentação para essa comissão. Disse ao Pedro Saraiva que essas situações, com as quais concorda, que possam ser alteradas, terão a possibilidade de o fazer nas próximas reuniões do regimento. Passou às votações, começando pela **Moção n.º 1, “Em defesa dos utentes de saúde na freguesia do Lumiar”**, apresentada pela CDU.

Pedro Lages Abrantes Pavia Saraiva (PS) solicitou a votação por pontos, em separado. Queriam votar o 1 e o 2 em conjunto e depois o 3, o 4 e o 5 também em conjunto.

José Luís Sobreda Antunes (CDU) autoriza.

Moção n.º 1, Pontos 1 e 2:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 5 (PS), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (CHEGA), 1 (IL);

Votos contra: 0.

Aprovados por maioria, com 17 votos a favor e 2 abstenções.

Moção n.º 1, Pontos 3, 4 e 5:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CDU), 1 (CHEGA), 1 (IL);

Abstenções: 5 (PS);

Votos contra: 0.

Aprovados por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções.

Moção n.º 2, “Redução de deficiências no Eixo Norte-Sul”, também apresentada pela CDU:

Aprovada por unanimidade.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) pediu para que na moção seguinte o número 3 fosse votada separadamente dos pontos 1, 2 e 4.

José Luís Sobreda Antunes (CDU) autoriza.

Moção n.º 3, “Reavaliação de percursos e horários das carreiras de bairro”, pontos 1, 2 e 4:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CHEGA), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 5 (PS);

Votos contra: 0.

Aprovados por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções.

Moção n.º 3, Ponto 3:

Votos a favor: 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CHEGA), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 5 (PS);

Votos contra: 5 (PSD).

Aprovado por maioria, com 9 votos a favor, 5 abstenções e 5 votos contra.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) solicitou uma declaração de voto, o PSD votou contra no ponto 3 porque acham que o estudo deve avaliar as necessidades dos utentes sem condicionar o estudo à partida e o ponto 3 tem o objetivo de terminar com determinadas carreiras, até porque receberam informações contraditórias dos utentes do que é aqui apresentado no ponto 3.

Moção n.º 4, apresentada pela CDU, “Pelo estabelecimento imediato de relações de paz entre a Rússia e a Ucrânia”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CDU);

Abstenções: 5 (PS), 1 (IL), 1 (CHEGA);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 12 votos a favor e 7 abstenções.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) pediu para fazer uma declaração de voto, referindo que o PSD votou a favor do documento apresentado pela CDU, mas considera que a Ucrânia está a ser vítima de agressão e tem direito a se defender. São a favor, não de uma paz imediata, mas que se iniciem as negociações para que a paz e a normalidade que existiam anteriormente se restabeleçam.

Pedro Lages Abrantes Pavia Saraiva (PS) mencionou que queria fazer um ponto de ordem à mesa. Por uma questão de coerência, de duas uma, ou fazem intervenções genéricas iniciais sobre todos os documentos, e depois podem dizer que elas valem como declarações de voto, ou no final das votações fazem as declarações, porque senão perdem o dobro do tempo.

Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que têm trabalhado sempre desta forma, durante este mandato. Têm feito sempre isso e as coisas têm corrido bem. Com 23 documentos que têm nesse momento, se vão fazer as declarações de voto no fim, acaba por não se perceber nada. Se as pessoas forem minimamente controladas e fizerem as declarações de voto sucintas, como têm feito, é claro que depois as coisas correm mais depressa. Se vão falar no fim, 23 documentos, depois estar a identificar a declaração de voto para um determinado documento é complicado. Mas registou a sua opinião.

Moção n.º 5, apresentada pelo PSD, “Cálculo de apoio financeiro dos contratos inter-administrativos de cooperação ao nível da higiene urbana”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (CHEGA), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (BE);

Votos contra: 5 (PS).

Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, 1 abstenção e 5 votos contra.

Moção n.º 6, apresentada pelo PSD, “Operacionalidade após sismo do novo hospital de Lisboa”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (CHEGA), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (BE);

Votos contra: 5 (PS).

Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, 1 abstenção e 5 votos contra.

Moção n.º 7, apresentada pelo PSD, “Instalação de ilhas ecológicas por um futuro sustentável”:

Aprovada por unanimidade.

Moção n.º 9, apresentada pela Iniciativa Liberal, “Expansão da rede de bicicletas de Lisboa”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU), 5 (PS);

Abstenções: 0;

Votos contra: 1 (CHEGA).

Aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 voto contra.

João Maria Charneca Condesso (CHEGA) referiu que o CHEGA não é contra a expansão da rede de bicicletas Gira, mas sem se fazer um estudo prévio não se pode avançar para um investimento, sem saberem onde deve ser colocado, se deve ser colocado, daí terem votado contra esta moção.

**Moção n.º 10, apresentada pela Iniciativa Liberal e subscrita também pelo CDS-PP,
“Alteração de velocidade máxima de circulação automóvel na Av. Padre Cruz”:**

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (CHEGA), 1 (IL);

Abstenções: 1 (LIVRE);

Votos contra: 5 (PS), 1 (BE), 1 (CDU).

Aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 1 abstenção e 7 votos contra.

Voto de louvor, apresentado CDS-PP, “757º Aniversário do Lumiar”:

Aprovado por unanimidade.

**Voto de saudação n.º 1, apresentado pela CDU, “À Associação Inválidos do
Comércio pelo seu 94º Aniversário”:**

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (CHEGA), 1 (IL);

Votos contra: 0.

Aprovado por maioria, com 17 votos a favor e 2 abstenções.

Saudação n.º 2, apresentada pela CDU, “49º Aniversário do 25 de Abril”:

Votos a favor: 5 (PSD), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 4 (CDS-PP);

Votos contra: 1 (CHEGA).

Aprovada por maioria, com 14 votos a favor, 4 abstenções e 1 voto contra.

Saudação n.º 3, apresentada pela CDU, “À Associação dos Deficientes das Forças Armadas pelo seu 49º Aniversário”:

Votos a favor: 4 (CDS-PP), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 5 (PSD);

Votos contra: 1 (CHEGA).

Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) fez uma declaração de voto, informando que o PSD se absteve por achar algo incompreensível a forma como se pretendeu associar o documento ao 25 de Abril.

Saudação n.º 4, apresentada pela CDU, “1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador”:

Votos a favor: 5 (PSD), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (CHEGA), 4 (CDS-PP);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções.

Saudação n.º 5, apresentada pela CDU, “À Academia Musical 1º de Junho de 1893 pelo seu 130º Aniversário”:

Aprovada por unanimidade.

Saudação n.º 6, apresentada pelo Bloco de Esquerda, “Viva o 25 de Abril”:

Votos a favor: 5 (PSD), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CDU);

Abstenções: 4 (CDS-PP);

Votos contra: 1 (CHEGA), 1 (IL).

Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, 4 abstenções e 2 votos contra.

Recomendação n.º 1, apresentada pelo CDS-PP e também subscrita pela Iniciativa Liberal, “Adequação da velocidade definida nos radares das Avenidas Padre Cruz e Santos e Castro”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (IL), 1 (CHEGA);

Abstenções: 1 (LIVRE);

Votos contra: 5 (PS), 1 (CDU), 1 (BE).

Aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 1 abstenção e 7 votos contra.

Recomendação n.º 2, apresentada pelo CDS-PP, “Pela requalificação do jardim existente nas traseiras dos prédios na Rua Manuel Valadares e na Rua Alexandre Ferreira”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (CHEGA);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 abstenção.

João Maria Charneca Condesso (CHEGA) solicitou uma declaração de voto, mencionando que o CHEGA abstém-se dado que não foi respondida a questão sobre o porquê do objetivo de evitar a infiltração das águas pluviais. Para si, não faz qualquer sentido, não houve resposta, absteve-se.

Recomendação n.º 3, apresentada pelo CDS-PP, “Requalificação de algum espaço verde entre a Av. Padre Cruz e a Calçada de Carriche”:

Aprovada por unanimidade.

Recomendação n.º 4, apresentada pela CDU, “Grupo de trabalho de acompanhamento de obras municipais e de âmbito conexo”:

Votos a favor: 4 (CDS-PP), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (CHEGA);

Votos contra: 5 (PSD).

Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, 1 abstenção e 5 votos contra.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) pediu uma declaração de voto, referiu que o PSD votou contra porque não compreendem, e questionaram e não foi respondido, a razão da necessidade do grupo de trabalho, o seu objetivo, que tarefas vai ter esse grupo de trabalho e em que medida poderá apresentar à freguesia o que será feito nesse grupo de trabalho.

Recomendação n.º 5, apresentada pela CDU, “Assembleia de Freguesia descentralizada”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 1 (CHEGA);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 abstenção.

Recomendação n.º 6, apresentada pelo CHEGA, “Medidas de prevenção de ruído e pó, estaleiro de produção de betão”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (CHEGA);

Abstenções: 1 (LIVRE), 1 (IL);

Votos contra: 5 (PS), 1 (CDU), 1 (BE).

Aprovada por maioria, com 10 votos a favor, 2 abstenções e 7 votos contra.

Recomendação n.º 7, apresentada pela Iniciativa Liberal, “Comunicação positiva e sinalética de mobilização”:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL), 1 (CDU);

Abstenções: 5 (PS), 1 (CHEGA);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 6 abstenções.

Recomendação n.º 8, apresentada pelo LIVRE, “Transparência, ética e participação cívica na Junta de Freguesia do Lumiar”, pontos 1, 2, 7 e 9:

Votos a favor: 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL);

Abstenções: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (CHEGA), 1 (CDU);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 8 votos a favor e 11 abstenções.

Recomendação n.º 8, pontos 3 e 4:

Votos a favor: 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (IL);

Abstenções: 5 (PSD), 4 (CDS-PP);

Votos contra: 1 (CDU), 1 (CHEGA).

Aprovada por maioria, com 8 votos a favor, 9 abstenções e 2 votos contra.

Recomendação n.º 8, pontos 5, 6 e 8:

Votos a favor: 5 (PS), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CDU);

Abstenções: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (CHEGA), 1 (IL);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 8 votos a favor e 11 abstenções.

Carlos Manuel Marques Figueira (IL) solicitou uma interpelação à mesa, no sentido de dizer que esta forma de fazerem a votação por pontos e por pacotes de pontos leva depois a ter combinações diferentes de interpretação deste documento, nomeadamente eles teriam votado diferente nestes pontos se os agrupamentos tivessem sido outros. Não sabe se

nestes casos não seria preferível votar ponto a ponto. Estes subconjuntos deixam ficar depois aqui uma leitura diferente do documento original.

Presidente da Assembleia de Freguesia mencionou que se tivesse havido uma posição em que gostariam de ter votado todos, também teriam ido por aí.

Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP) pediu uma declaração de voto da Recomendação n.º 8 do LIVRE, como é óbvio o CDS é a favor da transparência, da ética e da participação cívica na Junta de Freguesia do Lumiar, o que os levou a não votar a favor é que, ou estes pontos estão feitos ou estão a caminho de ser concretizados, por isso se abstiveram.

João Miguel Augusto Vás e Lima (PSD) fez uma declaração de voto, afirmando que, realmente, este é um tema que o PSD defende, a transparência, mas têm de admitir que este documento que apresenta linhas gerais, a Junta de Freguesia já está no processo de implementar e, para além disso, já assistiram a estas linhas gerais a serem apresentadas até por outros partidos nesta assembleia. Daí a sua abstenção.

José Luís Sobreda Antunes (CDU) cumprimentou os presentes, sobre esta, agora, Recomendação n.º 8, quis dar os parabéns pois está extremamente bem redigida, academicamente e teoricamente muito bem redigida, não é propriamente a prática que tem sido seguida por este executivo e em anteriores mandatos. Para além de que a Câmara Municipal de Lisboa já tem uma câmara de ética e transparência, a Assembleia Municipal tem a 6ª comissão, ainda hoje reuniram, na página da Junta este tópico é um pelouro direto do Sr. Presidente, foi consultar. Os parabéns no que diz respeito à sua apresentação, aos respetivos princípios teóricos, no entanto, começa por não ter estudos que os fundamentem e depois quase que se transcreve o próprio programa eleitoral de 2022 do proponente, que também foi consultar, obviamente. Ponto 1, porquê a abstenção, porque já existe na página da Junta de Freguesia, não é explicado qual é o critério para 5 dias, e, por exemplo, porque não é usado o parecer prévio do Roque, não houve nenhuma explicação, não há estudo prévio, etc.. Ponto 2, também já existe na página da Junta, há um conjunto de documentos que têm de previamente ser expurgados dos dados pessoais e sensíveis, as

propostas da Câmara, quando chegam à assembleia municipal, não são colocadas na página da assembleia municipal sem previamente serem expurgados os dados pessoais e sensíveis. O ponto 3, obviamente, já está contemplado na lei em vigor e a própria Junta já o faz. Ponto 4, não é indicado qualquer critério, a Câmara já o faz, no Lumiar o pelouro pertence ao Sr. Presidente, e mais, não sei se sabem, é feito, anualmente, um inquérito sobre transparência em algumas juntas e em transparência digital esta Junta de Freguesia de 2021 para 2022, foi analisar os resultados, foi à procura dos estudos, o Lumiar passou do décimo lugar para a sétima freguesia entre as 24 de Lisboa, claro que pode melhorar, pode subir para sexto, para quinto, para quarto. E isso consta no Índice de Digitalização e de Transparência Digital das Juntas de Freguesia de Lisboa, se melhorou de 2021 para 2022, não deve estar assim tão mal. Os Pontos 5 e 6 também decorrem da lei. O Ponto 7 também já está contemplado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, não percebem. Citou o Presidente da Junta no estatuto de direito de oposição, na página 5, onde o Sr. Presidente escreve que no sítio da Internet da Freguesia do Lumiar são publicados os documentos oficiais, estando deste modo acessíveis a quem os queira consultar.

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE) referiu que o facto de existir um espaço no *site* onde os documentos devam estar, não quer dizer que eles estejam lá quando deviam estar. Ainda no dia anterior, na reunião com o Presidente, as atas das reuniões do executivo do primeiro trimestre só foram postas no *site* ou nesse dia ou no dia anterior. Querem preparar esta assembleia, as atas das reuniões do executivo fazem parte dessa preparação e não as tiveram durante três meses, não chega ter um espaço no *site*, é preciso que os documentos estejam lá quando são necessários, tanto para os cidadãos como para eles.

Constituição de uma comissão eventual para identificação e proposta de melhoria à mobilidade na freguesia do Lumiar, apresentada pela Iniciativa Liberal:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (CHEGA), 1 (LIVRE), 1 (BE), 1 (CDU), 1 (IL);

Abstenções: 5 (PS);

Votos contra: 0.

Aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções.

Presidente da Assembleia de Freguesia quis ainda falar de um requerimento da Iniciativa Liberal, que está dirigido ao Executivo. Perguntou se o Executivo iria responder já ou mais tarde. Mas tendo em conta as horas que são e o horário para o público falar, vão fazer agora a pausa.

Pausa

Período Aberto ao Público

Presidente da Assembleia de Freguesia começou a sessão e entrou no período aberto ao público.

João Rolo primeiro assunto, não sabe se sabem onde é que é a Rua André de Gouveia, nessa rua as pessoas pediram-lhe para ser porta-voz, as pessoas com mais de 65 anos de idade, e com dificuldades de mobilidade, não conseguem passar as passadeiras aéreas e apanhar o transporte público. Elas apelaram para que se arranje um transporte para que possa trazer as pessoas para apanhar o autocarro. Acrescentou que teve o prazer de acompanhar uma excursão de alunos e professores da UTIL (Universidade da Terceira Idade do Lumiar), não há elevador e há pessoas que não conseguem subir ao terceiro andar para terem aulas. Já lá vão quase 3 anos e não há elevador para essas pessoas. Outro assunto, esteve muito atento, no outro dia, quando viu o referendo na freguesia de Benfica, sobre o estacionamento, e lembrou-se daquilo que o Sr. Presidente tinha dito que, mais dia menos dia, iria auscultar a opinião dos utentes da zona sobre a obra da EMEL (Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa), mas nunca mais viu nada. Aquilo é uma vergonha para todos, para quem lá passa, para o acesso, o transporte, manter-se como está. Quis saber se há alguma notícia nova sobre isso.

Rodrigo Pereira Antunes informou que é residente na freguesia do Lumiar e que vai intervir pela primeira vez na assembleia de freguesia, embora já não seja a primeira vez que interage com os órgãos da freguesia. Já se reuniu várias vezes com o Executivo, mas por outros motivos. É coordenador do grupo de moradores do bairro Telheiras Norte e tem tido alguma intervenção nessa qualidade, mas hoje vai ali, a título individual, falar de dois assuntos. O primeiro que pretende abordar prende-se com a oferta desportiva na freguesia, em particular na zona de Telheiras, que se relaciona com a problemática do antigo clube Mega Craque. De facto, está a falar de um edifício de uma grande importância para Telheiras e para a freguesia, é um espaço desportivo com grandes valências, com uma grande dimensão e com vários espaços. Tinha uma piscina, tinha espaços desportivos e campos de ténis. Este espaço, neste momento, encontra-se completamente sem uso, está, não diria, abandonado, pensa que costuma ter vigilância, tem um alarme, está em desuso e completamente desocupado. Para si, e para muitos outros fregueses, é um motivo de preocupação, porque é um espaço de grande importância, que não tem o uso que deveria ter. Pensa que não é necessário recordar todos os membros da assembleia, de certeza que conhecerão o Regime Jurídico das Autarquias Locais, no Anexo 1, Artigo 7º, diz que uma das atribuições das freguesias é a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações e com o município. No âmbito do desporto, de facto a freguesia tem aqui um papel a dizer no que diz respeito à oferta desportiva da freguesia. Sendo um edifício municipal, pensa que a prioridade, da responsabilidade da Junta de Freguesia, seria pugnar pela reabilitação desse espaço e pela sua utilização. Tem conhecimento de que o Executivo pretende utilizar o espaço para dar oferta para a comunidade, espaços para a comunidade, ou até para a juventude. A pergunta que ali coloca, em assembleia de freguesia, é o que está previsto para o espaço, no fundo vindo ali apelar à assembleia de freguesia que se debruce sobre este tema, porque é muito importante ter este espaço novamente revitalizado. O segundo ponto, para terminar, prende-se com o programa que este Executivo apresentou nas eleições passadas. O projeto político que ganhou a Junta de Freguesia seria alvo de uma discussão completamente à parte e, realmente, seria muito interessante discutir, mas vai-se cingir à realidade daquilo que é o programa, falando de algumas propostas que ainda não viram a luz do dia, que enquanto freguês ainda não as viu a serem concretizadas. O programa ganhou, foi a escrutínio, os fregueses assim o decidiram, foi o projeto político aprovado para ser aqui implementado na freguesia e é da vontade dos fregueses, tenham votado ou não nele, que esse programa seja implementado. Vai falar de algumas propostas, que são imaterializadas, como, por exemplo, a renovação

do *site* da Junta de Freguesia Lumiar, algo muito importante, que, neste momento, os meios digitais são fundamentais na divulgação de qualquer atividade, para os fregueses a interação com a freguesia, ter um *site* funcional, que seja de fácil acessibilidade, e que permita aos fregueses ter essa interação com a Junta de Freguesia é fundamental. Precisam de um *site* que tenha uma aparência acolhedora e que permita ter uma boa interação. A segunda proposta de que vai falar, que está no programa, é a criação do espaço estudante. Os estudantes que residem na freguesia do Lumiar, em termos de espaço de estudo público, têm à sua disposição a Biblioteca Orlando Ribeiro e a Biblioteca Maria Keil, são dois espaços com horários limitados, apesar de terem espaços até bastante acolhedores, dado o horário limitado não é fácil para alguns estudantes terem acesso a esses espaços. Haver um espaço dedicado especificamente aos estudantes seria muito importante e teria de ver a luz do dia. A outra é a criação do Gabinete Lumiar Verde, as alterações climáticas são uma realidade e ter um gabinete da Junta que saiba lidar e aconselhar os cidadãos, para serem informados acerca das melhores práticas de sustentabilidade, quer sejam ao nível de investimento de projetos, quer ao nível de coisas pequenas, como os hábitos do dia-a-dia, isso é também fundamental. São estas três propostas que quis ali frisar e deixar à consideração do Executivo para responder.

Anabela Nascimento cumprimentou os presentes, referiu que é freguesa já há alguns anos e apercebeu-se este ano, e não está a mentir, que lá ao fundo, no Lumiar, onde existe os resíduos sólidos, onde os trabalhadores estão a trabalhar e, também, comem, o telhado tem amianto. Nem queria acreditar e diz isso porquê? Sabe que a legislação foi feita, o levantamento no ano de 2018, em que o governo na altura tinha de fazer o levantamento de todos os espaços com amianto no nosso país, e ficou perplexa porque naquele espaço, que poderia estar inativo, mas não está, inclusivamente fala para ciclos, sabe que o Presidente da Junta é médico, é saúde pública, e vem alertar e também tem conhecimento de uma escola secundária de Telheiras, também existe. Isto é saúde pública. Se preservamos o ambiente e tanta coisa, temos de começar pela nossa saúde. Queria só questionar isso a todos.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar agradeceu a participação, incentivando para que haja participação, ali na assembleia de freguesia e nas reuniões abertas do Executivo. Respondendo às perguntas, ao contrário do que disse o Sr. Jorge Rolo, o primeiro assunto já era também do seu conhecimento. Em relação à mobilidade na André de Gouveia, já teve a oportunidade de estar lá no local, com os moradores, para ouvir as suas preocupações e tentar encontrar uma solução para essa matéria. É uma zona da freguesia que está a descoberto em termos de cobertura de transportes, há um autocarro que passa na Calçada de Carriche, mas dentro do bairro assim não acontece, isso fruto de um argumento da Carris, em que, fruto da situação da estrada estar degradada, não fechar o circuito, o autocarro para na Quinta dos Alcoutins e depois não fecha o circuito até ao Lumiar centro, penalizando quem vive na zona da André de Gouveia e quem vive na Quinta dos Alcoutins. Em relação a essa matéria, já sinalizaram junto da Carris, no sentido de providenciar uma solução, independentemente da questão da reparação da estrada, que tem de ser feita, para que se possam encontrar alternativas que melhorem a acessibilidade nessa zona da freguesia. Estão a tentar que seja criada ou um desvio em uma das carreiras, que venha em direção do Lumiar centro para que possa ir recolher também as pessoas nesse espaço e, independentemente das carreiras, encontrar a solução que sirva a população. Em relação ao elevador da UTIL, é uma situação que os preocupa, estava pendente de uma avaliação da proteção civil, que já foi feita, e neste momento o que está em causa é a obra que permitirá reparar, não só o elevador, mas também é o resto da infraestrutura da UTIL, que está em condições de funcionamento, é nisso que estão apostados. De qualquer forma, para mitigar o impacto daquilo que é o acesso aos pisos superiores da UTIL, têm tentado diversificar aquilo que são as iniciativas da UTIL, promovendo mais saídas, que não impliquem a mobilização até ao piso superior. Independentemente disso, o que acreditam é que agora, rapidamente, vão conseguir fazer a intervenção estrutural no edifício, que permitirá a entrada em funcionamento do elevador. Em relação à EMEL, é uma matéria que tem estado a evoluir, têm reunido com a EMEL, inclusivamente o Sr. Presidente mencionou há pouco, eram para reunir o grupo que foi feito por uma proposta da assembleia de freguesia, que reunirá, quer o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, quer ele próprio, quer representantes das diversas bancadas e representantes de associações de moradores daquela zona, que trabalhará também nas soluções para que se possa rapidamente resolver o problema. A sua perspetiva, alinhada com a EMEL, é que rapidamente se possa intervir na componente viária e depois na resolução daquilo que é o miolo do território em que têm a perspetiva de que o espaço seja

de fruição dos fregueses, ao serviço da população, e discutir com a população quais vão ser os equipamentos a serem lá colocados. Em relação às questões colocadas pelo Rodrigo Antunes, com quem esteve reunido nessa semana, em relação à questão da oferta desportiva, é de facto muito deficitária na freguesia do Lumiar, é a freguesia mais populosa da cidade e tem um défice de equipamentos desportivos assinalável. Tem de haver mobilização de meios para permitir maior oferta para todos os fregueses. Em relação ao espaço do Mega Craque, houve um diferendo entre a Câmara e o operador económico, que levou a que haja um processo de conflito que está nos tribunais. Já solicitaram o acesso ao espaço, precisamente para poderem apurar quais são as suas condições, para poderem intervir e voltar a pôr o espaço ao serviço da população, nomeadamente, quer na componente desportiva quer na recreativa. O que poderão lá fazer, sem ter acesso ao espaço, é complicado de fazer. Há um equipamento que é uma piscina, é um equipamento que será de difícil recuperação, é o que lhes foi transmitido. É verdade que falta um equipamento deste género no Lumiar, não têm uma piscina municipal na maior freguesia em termos de população de Lisboa. Não tem dados objetivos se aquele equipamento é possível de voltar a ser colocado ao serviço da população. Em relação às questões do projeto político, agradeceu ao freguês por ter funcionado como embaixador do projeto político e dizer que, em relação às três que levantou, no que diz respeito ao *site* gostavam de o ter apresentado hoje, infelizmente ainda não está concluído. Mas aproveita para pedir à responsável pela Comunicação para mostrar o seu aspeto mais gráfico e é expectável que ele possa ser lançado em pleno antes do final do mês. Enquanto vai falando, vai ser projetado o *site*, este é o *layout* inicial com as diversas componentes. Aproveitou para mencionar que com o lançamento do *site*, será implementada uma nova assinatura para o Lumiar, aquela frase de “Um lugar para crescer juntos”, que é uma assinatura que serve não só os fregueses, mas aqueles que cá vivem, cá estudam, cá trabalham, cá empreendem. Tal como sempre defenderam, querem transformar a freguesia num espaço para todas essas possibilidades e é isso que defendem e que será amplamente divulgado depois também nos materiais de comunicação da Junta.

Madalena Pestana (Secretária da Junta de Freguesia do Lumiar) referiu que, como o Sr. Presidente mencionou, estão a trabalhar no *site* e gostavam de lhes dizer que este *site* foi pensado muito em servir e em responder às aspirações que possam ter os fregueses, para além das habituais formas de procurar a informação, quiseram pôr alguns botões diretamente em áreas que o freguês pode ir à procura. Em cima, têm logo os avisos das

principais ocorrências, a verde têm os principais avisos de coisas que estão a acontecer, a agenda do que está a acontecer. Um convite a inscreverem a *newsletter*, futuramente querem ter um diretório comercial e dos espaços, mesmo para incentivar o comércio do Lumiar, mas isso ainda irá demorar um pouco. Publicidade não vai ter, é para as pessoas saberem que para comprarem um parafuso não precisam de ir a outra freguesia, é para saber o que há na nossa freguesia. Às vezes é mais difícil, ainda para mais é uma freguesia muito grande, se calhar não precisam de ir a espaços comerciais noutras freguesias, porque têm comércio aqui. Ter mais formas de ir às ocorrências. Vamos à Assembleia de Freguesia para verem que já cá estão. Espera, dentro das próximas semanas, conseguirem pôr o *site* no ar e que todos possam usufruir. A participação do cidadão, há um separador exatamente a dizer isso, que depois tem explicadas as várias formas de participação, querem convidar a participar.

Presidente da Junta de Freguesia assinalou que este era o novo *site*, mas ele existia, não é verdade que não houvesse esse meio de comunicar com a população, precisava era de ser atualizado. Apesar de tudo, era uma função que estava e está a funcionar. Em relação às outras duas questões que foram levantadas, de facto ainda não estão implementadas, pelo menos em pleno, mas como foi bem sabido, tiveram fortes limitações durante o primeiro ano de mandato. Já estará tudo resolvido Sr. membro da assembleia de freguesia, estarão em vias de resolver aquilo que deixaram e cá estarão para desempenhar as suas funções, conforme o mandato que lhes foi conferido pela população, sufragado e é um projeto que querem seguramente implementar em pleno. Irão implementar o Espaço Cidadão, estão em vias de identificar o local, para que o espaço possa funcionar, e que outras valências é que poderão ser abrangidas. Em relação ao Lumiar Verde, têm desenvolvido esforços ao nível da sustentabilidade, na criação da comunidade de energia, há aqui algumas iniciativas que serão colocadas ao serviço dos cidadãos, para que eles possam encontrar soluções para implementar, também eles próprios, essas soluções que levem a uma maior sustentabilidade. Ao longo do mandato, terão várias oportunidades para implementar as diversas coisas a que se propuseram, estão sempre disponíveis para ouvir aquelas que do programa ficaram no coração dos fregueses, como foi o caso das que o freguês Rodrigo Antunes trouxe aqui. Muito obrigado. Em relação à intervenção da freguesa Anabela Nascimento, a questão do amianto está amplamente enquadrada, mas é importante ter a perceção de que o amianto é um risco quando as placas estão degradadas, quando há o risco das fibras se poderem soltar e serem inalados por quem está próximo das mesmas. É

seu intuito, em todos os equipamentos do território, proceder à remoção do amianto. Durante este ano letivo, já foi feita a remoção, por exemplo, na Mário Chicó, de algumas coberturas em amianto. É um processo que querem empreender, no caso concreto do posto de limpeza, é um equipamento que precisa de uma intervenção profunda, que não se cinge apenas às questões das placas de amianto. É uma questão que os preocupa, mas que, no contexto atual, do conhecimento que têm do estado das fibras, não se afigura de que isso possa configurar um risco para quem frequenta aquele espaço. Se houver uma degradação daquelas coberturas, aí sim. Agradeceu mais uma vez esta intervenção dos fregueses, incentivando para que o façam mais frequentemente. Lá estarão para tentar resolver várias dessas questões, para poderem prestar um melhor serviço aos seus concidadãos.

Ordem do Dia

Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu ao público pelas questões que puseram, reforçando que a sua participação é sempre muito importante nestas assembleias de freguesia. Depois desta resposta do Sr. Presidente, entrou então na ordem do dia, solicitando ao Sr. Presidente da Junta que lhes falasse agora sobre a sua Informação Escrita, referente ao 1.º trimestre de 2023.

Presidente da Junta de Freguesia mencionou que, desde logo, em relação a este relatório, deixou uma nota de agradecimento em relação ao trabalho do Vogal José Silva Pinto, que renunciou ao mandato, que teve um contributo importante para a freguesia, não só neste trimestre, mas também desde o início do mandato. Agradecer a sua disponibilidade e empenho. Não vai detalhar a leitura do relatório, realçou algumas das questões que foram discutindo. Um dos aspetos que tem a ver com a questão da habitação, estão a acompanhar de perto o realojamento do Bairro da Cruz Vermelha, para que todas as pessoas possam conseguir uma melhor habitação, a expectativa é que, oportunamente, quando houver blocos que já estejam totalmente vazios, poderem ser demolidos, até para evitar que haja reocupações ou riscos de segurança, como infelizmente têm constatado e que sinalizaram junto das forças de segurança. As questões do centro de saúde e das diligências que já mencionou, é uma das questões que os preocupa. Acrescentou que estão a querer revitalizar o Mercado, é uma das zonas que bem os preocupa, estão a tentar

encontrar uma solução global para o mesmo, que possa criar uma dinâmica no Mercado, que não existiu até agora. Sinalizou algumas iniciativas, que têm a ver com, por exemplo, a Rua Escolar Ativa, a primeira edição foi no dia 30 de março, em que fecharam a rua junto à Secundária do Lumiar, precisamente para trazer as pessoas até à rua. Foi uma iniciativa ganha. Deixou o convite para que no dia 18 de abril possam participar, o evento é aberto a todos. Se tiverem oportunidade, também sinalizar que seria interessante que pudessem participar. Estão também empenhados em voltar a dinamizar e a assegurar que o protocolo da Casa da Cidadania seja cumprido na íntegra, pretendem renegociá-los, estão a fazer contactos com todas as associações nesse sentido e iniciaram a cobrança dos valores devidos pelos protocolos. Era uma matéria que estava pendente e que deve ser cumprida. Vão resolver, finalmente, as questões quer do canal de denúncias quer do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que entrarão em funcionamento rapidamente. O processo até agora teve a ver com encontrar as soluções, obter os orçamentos das diversas possibilidades, para agora ser implementado. Naturalmente que a secretaria geral deu conta de todas as iniciativas que habitualmente acontecem. Têm os diversos equipamentos da freguesia ao serviço dos fregueses, por exemplo, o autocarro, os espaços afetos à Junta, como aqui o Salão Nobre, o Lagar, o Auditório, há múltiplas iniciativas que vão tendo lugar nestes espaços da Junta e que para eles são também muito importantes, pois permitem um maior usufruto dos equipamentos da freguesia. Em relação aos recursos humanos, têm alguns funcionários em mobilidade, alguns que abandonaram a Junta e outros que ingressaram na Junta. Os processos concursais, alguns estão em fase de conclusão, nomeadamente os de assistentes operacionais da área da educação, o da higiene urbana já está concluído desde o início do ano e têm os outros procedimentos todos que foram sendo abertos e que estão na fase de apreciação de candidaturas, sendo expectável que haja desenvolvimentos em breve. Sinalizou que tiveram um número bastante elevado de candidatos, o que os deixa satisfeitos, naturalmente que também permitirá que seja feita uma seleção dos melhores para que possam colaborar com a Junta. Estão a regularizar a situação do SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública), pendente a longo tempo e que prejudicava os funcionários. Falta neste momento a negociação dos objetivos para o biénio em que estamos. Já tomaram uma deliberação, para os assistentes operacionais, ela será feita em função de competências, em relação aos outros grupos profissionais, será em função de objetivos, é um processo que está agora em curso, cada núcleo está a rever as respetivas funções de cada um dos funcionários, para que possa ser feita uma proposta de objetivos para que seja implementada. Em relação à questão

financeira, olhando para o primeiro trimestre, comparado com o ano anterior, há alguma diminuição, quer da despesa quer da receita, algumas questões terão a ver com o haver diferimento ao nível dos pagamentos, em termos de licenciamentos pode ser essa a questão, os operadores económicos, percebendo que têm mais dificuldades, tenham dificuldades em liquidar desde já. Noutras áreas aumentaram, por exemplo nos casos dos CAFs e das AAAFs em que a situação tem sido significativamente melhor. É nessa perspectiva que estão, dizer que é uma área que, na análise trimestral, acaba por, no primeiro trimestre, não traduzir o que é expectável que aconteça no resto do ano. Mas fica já essa nota em relação a este primeiro trimestre. Em relação à Ação Social, continuam a ter uma preocupação com aqueles que são os mais vulneráveis, tem havido o apoio alimentar para as 85 famílias, identificar situações que sejam alvo de aplicação do Fundo de Emergência Social, que sejam também postos ao serviço dos fregueses. O Lumiar tem uma circunstância em que não gastam a verba, têm regras muito próprias e só podem utilizar quando se cumprem essas regras. Tentam, obviamente, ser o mais exaustivos na sua aplicação, mas têm essa limitação, fruto do perfil sociodemográfico do território. Também no âmbito da educação e juventude, mantiveram o funcionamento das diversas estruturas, nomeadamente dos CAFs e AAAFs, aproveitando para sinalizar que foi deixado nos respetivos lugares dos membros da assembleia uma pequena lembrança de um projeto desenvolvido no âmbito da educação e juventude, precisamente para que os mais jovens possam, de forma lúdica, conhecer melhor o Lumiar, e não só os mais jovens, ficando o incentivo para que os menos jovens possam conhecer a freguesia. A UTIL, há a questão das instalações, mas que em termos de programa tem havido uma preocupação em alargar aquela que é a sua oferta, que tem sido feita de forma sistemática. Em termos de Cultura, tiveram iniciativas para ocupar os diversos espaços o mais possível, para que estejam ao dispor dos cidadãos. Quer a Galeria *Liminare*, quer a Biblioteca Maria Keil, quer o Auditório, quer aqui o próprio Salão Nobre, têm tentado ocupar estes equipamentos com o maior número de atividades, que possam ser do seu usufruto. Têm essa questão da saúde, a preocupação com o centro de saúde. Do ponto de vista desportivo, têm apoiado os clubes, dentro daquilo que são as possibilidades, havendo sempre um pedido para que esse apoio possa ser maior, as disponibilidades financeiras têm de ser ajustadas. Têm tido dificuldades em corresponder a todos os pedidos, tentam dentro das suas possibilidades apoiar. Em relação ao Núcleo das Atividades Económicas, estão a trabalhar na questão do Cartão do Lumiar e é expectável que em breve haja visibilidade para os fregueses em relação a essa matéria. Em relação à Higiene Urbana, têm feito um esforço significativo com os recursos

que têm para prestar os melhores serviços às populações. Houve iniciativas de deservagem, que estão quase a cobrir a totalidade da freguesia, estão agora a trabalhar nas últimas ruas, dizendo também que há uma preocupação do seu lado de inaugurar o mais breve possível o Posto de Telheiras. Houve diversas dificuldades em termos do licenciamento do mesmo, insuficiências do ponto de vista da obra, algumas delas por defeito de desenho, teve de se re-impermeabilizar o pavimento, vai ter de haver uma intervenção também ao nível dos acessos, têm uma preocupação em relação a essa questão, que é a de inaugurar o mais rapidamente possível para terem essa solução ao serviço dos fregueses. Nos Espaços Verdes, estão a concluir o concurso público que foi feito e a expectativa é que resolva algumas das lacunas que existiam na cobertura que tinham antigamente. Resolvendo isso, terão depois de melhorar as intervenções em espaço público. Muito mobiliário urbano está em avançado estado de degradação, ainda não foi possível mobilizar os meios nesse sentido. Do ponto de vista da Comunicação, já puderam ver a base do *site*, que será uma ferramenta fundamental nessa comunicação. Passaram a colaborar com uma agência, algo que não tiveram a oportunidade de fazer no ano anterior, mas que agora lhes permite encarar o futuro com uma perspetiva mais positiva. Mencionou também que ainda estão a trabalhar num conjunto de outras iniciativas, nomeadamente que coloquem a interação com os fregueses no centro. Vai haver diversas reuniões públicas, nomeadamente no dia 28 de abril, a reunião com a vereação por causa da intervenção na Rainha D. Amélia, vão esclarecer os fregueses na questão do Centro de Saúde, na terça-feira da semana seguinte, o que querem é ouvir as pessoas e dar-lhes a oportunidade de manifestarem o que são as suas perspetivas. Em breve, terão regulamentos em consulta pública, é o caso do Conselho de Juventude da Freguesia do Lumiar e o do Voluntariado, são documentos que vão estar em consulta pública, uma vez finalizada a consulta pública são depois remetidos aqui à assembleia para poderem debatê-los e votá-los.

Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu ao Presidente da Junta e abriu as inscrições para quem quisesse falar.

José Luís Sobreda Antunes (CDU) agradeceu algumas das explicações prévias que o Sr. Presidente já tinha tido a oportunidade de adiantar, mas teve de repescar algumas. Relativamente à Informação Escrita, começou por assinalar o que é devido, de registar uma óbvia melhoria na sua elaboração, inclusive com hiperligações, etc.. Irá proceder a algumas

breves observações e comentários. O Sr. Presidente já referiu o Bairro da Cruz Vermelha, os realojamentos, também referiu a questão do mapa de pessoal, dos concursos, na página 17 refere-se que em 28 de fevereiro de 2023 o mapa de pessoal contemplava 178 postos de trabalho, encontrando-se 121 preenchidos com pessoal em efetividade de funções e estando ainda ao serviço da Junta de Freguesia 99 prestadores de serviços que estão listados no mapa no Anexo 1, o que é habitual em várias freguesias. Mas não pode deixar de questionar que, existindo vagas no mapa de pessoal, o Sr. Presidente já referiu alguns procedimentos concursais, será que ainda serão abertos novos procedimentos concursais para progressivamente ir preenchendo e se serão contemplados alguns desses trabalhadores em situação de precariedade e se sim para quantos? Na página 22, diz-se que o primeiro trimestre de 2023 teve um comportamento negativo em termos de receita em face a 2022, com um decréscimo de 7,05% face ao ano anterior, acrescentando-se, na página seguinte, que a Câmara está em falta com a verba dos auxiliares de ação educativa e de componente de apoio à família, o que condicionou a quebra das transferências correntes. Sabendo-se que nas recentes ordens de trabalho de reuniões de executivo camarário, nada ainda foi agendado sobre essa questão, não o encontrou, qualquer proposta que possa resolver esse problema financeiro, como é que o executivo da Junta pretende providenciar alterações orçamentais para colmatar essa lacuna, não faz ideia nem lhe compete a ele dizer qual é a solução. Numa outra informação escrita, há 6 meses, o Sr. Presidente apontava para reuniões com associações de hortas, mas sobre as quais hoje nada mais sabemos, apenas sabem pela informação escrita, como, por exemplo, apenas existe uma breve referência na página 35 sobre reuniões com a Agrobio, para a construção de um livro académico, a formação em horta biológica, a preparação das hortas escolares, são extremamente relevantes e assim voltam a insistir sobre qual o futuro das hortas comunitárias, até porque, por exemplo no Alto da Faia, junto ao eixo norte-sul, não é acabar com elas, obviamente, é arranjar uma forma de licenciamento. Nas páginas 49 e 50, o Sr. Presidente também já referiu, há pouco, este tema, mas sem números, é referido que o Núcleo de Saúde deu continuação à sua ação no Projeto Radar, que, como sabem, funciona mal, que tem como objetivo central, e está a falar por experiência, a prevenção, identificação e acompanhamento de pessoas de 65+ em situação de isolamento e de solidão não desejada, apesar de serem referidas entrevistas, telefonemas, visitas no texto da informação escrita e uma base de dados, no entanto não é indicado quantos seniores estão já, efetivamente, identificados e a ser acompanhados e se têm apoio domiciliário, que cubra higiene pessoal, transporte de alimentos, saúde, etc.. Concretamente, no total, quantos já constam na base

de dados. Sabem que não vale a pena estar a dar exemplos, vão lá a casa entregar um saquinho e vão-se embora e desaparecem, não vale a pena. Na página 63, quanto às viaturas para a higiene urbana, e isto é um problema muito antigo, reconhece-se, finalmente, que existe uma frota obsoleta e a precisar constantemente de reparação. Na página 64, renova-se a informação de que de que o veículo moto-cão continua a aguardar peça para ser reparado, situações que já se arrastam desde o final do anterior mandato. Então não seria preferível devolvê-los, por exemplo, às oficinas da divisão de reparação e manutenção municipal dos Olivais, para os reparar ou mesmo pedir a sua substituição de vez, se for o caso? Em relação ao posto de limpeza, há bocadinho já referiu isso, tinham-lhes sido comunicada a existência das tais referidas placas de amianto, o Sr. Presidente diz que enquanto não estiverem a esvoaçar, mas não é só assim, a Escola Mário Chicó tem o mesmo problema, estão identificados há muito tempo, é preciso, de facto, retirar com todos os cuidados óbvios. Na informação escrita não encontram qualquer referência, por exemplo, sobre o complexo Mega Craque, sabem que a situação está em tribunal há muito tempo, que, após 35 anos, encerrou, faz agora um ano, após ter tido como senhorio, primeiro a EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) e depois a Câmara, antes de ter sido externalizado. O equipamento era de tal forma relevante para os moradores que até a ART (Associação de Residentes de Telheiras) tinha feito um protocolo para os seus sócios beneficiarem de descontos. Que diligências tem feito agora o Executivo, ou vai fazer agora junto da Câmara, para que seja reaberto o ginásio e a única piscina da freguesia? Os equipamentos desportivos nesta freguesia emigraram, ou será que os fregueses se têm de deslocar a outras freguesias, se querem beneficiar de outros equipamentos públicos desportivos. Quando era necessário ir a uma freguesia aqui ao lado, como era um freguês desta freguesia tinha de pagar uma taxa suplementar, lembra-se bem disso. Não faz sentido, todos são munícipes de Lisboa. Nem existe também qualquer comentário sobre as obras que vão encerrar as linhas do metro, são dois meses e meio, em processos e em circuitos alternativos, tem de haver uma resposta sobre isso. Sugerem, entretanto, é uma outra intervenção da parte da Junta de Freguesia antes que seja tarde, porque agora o tempo melhorou, as crianças e os jovens começam a ter mais tempo livre, nem que seja com os avós que os levam, e sugerem uma urgente fiscalização dos parques infantis antes do final do ano escolar, porque depois terão uma utilização mais intensiva e não valerá a pena criar situações de alarme. Também, finalmente, não encontraram qualquer referência específica sobre o ponto de situação das deliberações aprovadas em anteriores reuniões da assembleia de freguesia.

Artur David Cunha Reis (PS) cumprimentou todos os presentes, afirmou que o Sr. Presidente, na exposição que fez da Informação Escrita, referiu que tinham celebrado um contrato com uma agência de publicidade, gostaria que pudesse informar a assembleia de qual foi a agência, por que valor e qual a duração do contrato.

Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP) começou por fazer três saudações, a primeira, agora para ficar na ata, felicitar o Rodrigo como novo Vogal do Executivo e deixar os maiores sucessos nas suas novas funções. Agradeceu ao José Silva Pinto pela disponibilidade em ir para o executivo e agradeceu o trabalho por si desenvolvido no período em que lá esteve. Quis aproveitar também para saudar a nomeação do Mário Lopes para Coordenador da Proteção Civil da Junta de Freguesia do Lumiar e uma forte saudação ao encerramento do processo que decorria no tribunal com a assinatura do acordo entre a Câmara Municipal de Lisboa e os requerentes da providência cautelar contra a construção da sala de chuto. Gostaria de realizar algumas perguntas ao Executivo. O primeiro bloco diria respeito a reuniões e relações institucionais, página 7. Normalmente, corre-se o risco de numa reunião nem tudo possa ser transmitido à assembleia, mas queria abordar alguns temas que lhe parecem que podem ser resposta à curiosidade de todos eles na assembleia e perceber onde é que o Lumiar poderá ser beneficiado ou ganhar vantagens nas mesmas. A primeira relaciona-se com o Parque Urbano da Encosta do Olival, é um projeto que não conhecia, que foi investigar, acha um excelente projeto, sabem que foi construída a ponte sobre a Calçada de Carriche, passam por lá duas ou três bicicletas, gostaria de saber se pode ou não dizer mais algum detalhe e o que irá beneficiar em concreto o Lumiar com esse projeto? A segunda reunião foi com a Unidade de Intervenção Territorial de Lisboa Norte e departamento de espaço público e aqui ia falar de 3 pontos em concreto e a pergunta era se podia dar mais detalhes. A primeira, apresentação pública do projeto mobilidade acessível para a Av. Rainha D. Amélia, no anterior mandato o Presidente de Junta já tinha apresentado um *PowerPoint* sobre esse projeto, gostaria de saber se é o mesmo ou não, já sabe que haverá uma reunião pública, à qual tentará ir. A segunda, a ciclovía conexa que passa ao lado, junto ao Estádio de Alvalade, e os conflitos existentes com a tomada e a largada das pessoas no Multidesportivo, que novidades têm e que podem saber e do projeto de requalificação do Paço do Lumiar. São três pontos que se pudesse dar mais nota agradecia. Queria fazer uma pergunta já do ponto de vista do orçamento, página 18, sobre os processamentos dos funcionários com vínculo público, atualizando os salários,

não tendo estes sido acompanhados com a verba do governo central, isto terá um acréscimo para a Junta de Freguesia de cerca de 450 mil euros, pelas suas contas, acredita que esteja errado, estão a falar num aumento de 15% no impacto dos salários ou tudo o que tem a ver com isso. Por norma, gastam cerca de 3 milhões, este ano há de ser um pouco mais, como é que vão acomodar este bom aumento de custos? Sobre a avaliação dos funcionários, queria só realçar, na página 20, o inquérito que foi feito aos colaboradores da Junta e eles a resposta que deram era que precisavam de formação em gestão de conflitos, organização e métodos de trabalho e formação em *Office*, não pode estar mais de acordo, acertaram em cheio, queria saber que passos estão a ser dados para se fazer isso? Para terminar, concurso internacional para os espaços verdes, prevê-se que estejam adjudicados em maio, vão conseguir aumentar a área que será coberta, tratada, arranjada, face ao contrato anterior, por mais preço ou por menos preço? Depois, não tendo estado na cerimónia de aniversário da freguesia do Lumiar, porque a sua mulher faz anos no mesmo dia, quis só assinalar e queria agradecer antes de mais o convite que lhe foi formulado e ao qual respondeu. E quis terminar com 3 perguntas finais. Tomaram conhecimento que a carta habitacional da Câmara Municipal de Lisboa, onde consta um projeto, perto do Pavilhão João Rocha, ao lado da GALP, gostaria de saber o que está em concreto projetado para esse lugar. Souberam ainda pela imprensa que a Câmara Municipal de Lisboa irá construir uma creche no Lumiar, gostaria de saber se já sabem a localização da mesma. Por último, CDCs (Contratos de Delegação de Competências), sabem também pela imprensa que a Câmara está a preparar um pacote de alguns milhões de euros, a distribuir pelas várias freguesias, e aqui tem duas perguntas em concreto. O que lhes podem adiantar sobre o valor para cada freguesia e quais os procedimentos tomados pelo Executivo da Junta na defesa dos critérios dos CDCs, de forma a não serem tão prejudicados, como na última vez, no da limpeza? Confessa que esta última pergunta vai muito em linha com a moção que votaram com o PSD.

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE) afirmou que tem alguns esclarecimentos a pedir ao Executivo, alguns deles já foram falados. Em termos de mobilidade, já se falou na interrupção do metro, quis saber se a Junta foi informada e que soluções alternativas é que foram postas em prática, já que vai afetar a maior parte da freguesia. Em relação à mobilidade, a sua segunda pergunta é se têm novidades sobre o parque da EMEL, que agora será um parque dissuasor, ao contrário do que era pedido pela população, onde é que estão? Tem perguntas em relação à execução orçamental, tem a ver

com este ponto, um dos pontos já foi aqui levantado pela CDU, que tem a ver com as verbas em falta da Câmara em relação aos auxiliares de educação e em relação à quebra dos 30% da rubrica taxas, multas e outras penalidades, comparado com o ano passado, também gostava de ter mais detalhes. Na parte da despesa, em relação à rubrica estudos, projetos, pareceres e consultoria, 30.000 dos 110.000 euros são descritos como projetos de pareceres e consultoria, queria saber exatamente o que isso é.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia agradeceu o reconhecimento da melhoria da informação escrita e acreditam que até poderá ser mais bem feita em termos de formatação. Sobre o mapa de pessoal, a questão é que de facto perceberam que passar as pessoas para funcionárias públicas é uma redução importante na precariedade e é isso que têm feito de forma paulatina e o espelho disso mesmo são os concursos que têm lançado. O da higiene urbana é o único que está concluído, com a integração de 10 trabalhadores na função pública. Têm reserva de recrutamento de mais 10, eventualmente, quando houver condições para isso, é previsível que nos 18 meses subsequentes do dito concurso possam fazer essa integração. Os outros concursos decorrerão, farão o seu percurso e é expectável que possam ter depois o resultado disso mesmo e suprir aquelas que são funções nucleares da Junta com esse tipo de regime contratual. Os que estão associados a CDCs, esses dificilmente poderão integrar como funcionários públicos, porque, precisamente, na eventualidade do CDC deixar de existir, não fará muito sentido que esses funcionários fiquem no quadro e depois não terem funções que lhes possam ser atribuídas. Não podem ter mais despesa do que aquela que é o financiamento direto que podem assumir. Em relação à questão das verbas em falta, naquela altura estavam em falta, não era uma questão orçamental, era de tesouraria, oportunamente várias delas já foram transferidas, a questão não se coloca, algumas delas estavam dependentes de apuramentos de contas do ano letivo anterior, não era uma questão orçamental, era uma questão de tesouraria e se há um ano eram, para eles, muito graves e severas, houve momentos com graves problemas de tesouraria, hoje já não é tanto assim, o facto de, do ponto de vista da tesouraria, não terem já esses problemas, permite uma maior tranquilidade a encarar a questão, são verbas que estão contratualizadas e que oportunamente serão transferidas. Em relação às hortas, efetivamente há uma preocupação em relação a isso, ainda não têm uma solução, porque há

uma zona que terá de ser desocupada para a construção da creche, aproveitando para responder já à questão da creche, ficará na zona da Rua André de Gouveia e será desocupada uma parte das hortas que lá estão, para a construção da creche, que é uma iniciativa da Câmara e que tem essa localização com essa implicação. Como diz, não têm ainda uma solução, mas elas estão equacionadas e vão tentar encontrar maneira de as regular. Em relação ao projeto Radar, de alguma forma não partilham dessa perspetiva de que o projeto é mal-sucedido, claro que pode sempre melhorar, de qualquer forma, em relação concretamente aos números, partiram de um cenário de 1.805 pessoas identificadas para 1.909 neste momento, 60% do sexo masculino, 45% entre os 45 e os 84 anos de idade. É uma iniciativa que identifica as tais pessoas acima dos 65 mais vulneráveis. Lançaram-se duas iniciativas novas que estão agora em funcionamento, é um projeto que tem alguma dinâmica e que passa, não só, pelas tais visitas, como também por contactos telefónicos regulares com as pessoas nessa circunstância. Não será perfeito, mas é um projeto importante também aqui no serviço à população do Lumiar. Em relação às viaturas da higiene urbana, constataram que estavam obsoletas, isso já era uma constatação do executivo anterior, não é nenhuma novidade que algumas delas estavam num avançado estado de degradação. Estão a reparar algumas, que estavam paradas há algum tempo e há outras em que já não há hipóteses de as pôr a funcionar novamente. Nesse sentido, no âmbito daquilo que são os CDCs, sendo certo que não é tipicamente um dos objetos dos CDCs, há algum equipamento que vai ser adquirido ao abrigo desse Contrato de Delegação de Competências, que irá ajudar também a suprir algumas necessidades do posto de limpeza e é também nisso que estão apostados. Houve várias questões colocadas sobre coisas que estão a acontecer agora e que não poderiam estar no relatório do trimestre passado, nomeadamente em relação ao metro, que já era previsível que houvesse alterações à circulação, fruto da obra, que, da sua parte, nunca concordaram com ela, é um desperdício de recursos públicos, não têm nenhuma dúvida em relação a isso. Não está na alçada da Junta ou da Câmara inverter esse processo, têm de mitigar os seus impactos para a população, nesse sentido já têm marcada reunião com o Metro de Lisboa na próxima sexta-feira, para apurar quais serão as soluções, que terá de ser o metro a desenvolvê-las. Quem vai causar o prejuízo à população, tem de assumir essas responsabilidades, e é nesse sentido que se vão reunir com o metro, como já fizeram noutras situações anteriores. A expectativa é que se possa encontrar algo que reduza o impacto à população e o maior é o encerramento da estação de Telheiras durante um período alargado e a limitação de acesso que isso irá condicionar. Em relação à fiscalização dos parques infantis, é também uma

questão muito pertinente, lançaram um concurso para a recuperação e manutenção dos mesmos, mas, infelizmente, as propostas que lhes chegaram eram o dobro do valor que estava previsto, portanto, naturalmente, o concurso não pôde ter lugar e estão agora a refazê-lo. Essa questão dos parques infantis tem corrido sucessivamente mal e têm de encontrar uma solução também rapidamente. Em relação às deliberações anteriores, já têm isso inventariado e, oportunamente, farão chegar a todos o balanço da sua execução. Passando para as questões do Partido Socialista, não contrataram uma agência de publicidade, na prática, em relação ao momento atual, estão apostados numa agência de comunicação, que vá suprir as necessidades da Junta. Foi feita uma consulta ao mercado, em que obtiveram 3 orçamentos, e adjudicaram à LPM, que foi a empresa contratada, o montante é de 30.360 euros, aos quais acresce o IVA, para um total de 11 meses, será até ao final deste ano. Está aqui o membro da assembleia de freguesia, o Francisco Ferreira, espera que já tenha encontrado o contrato no Base, que era uma das críticas recorrentes, ele está lá, sinalizar isso. Consultaram três empresas, responderam duas, para obterem a melhor proposta possível para a freguesia. Em relação às questões levantadas pelo CDS, nomeadamente sobre as diversas reuniões institucionais, e com terceiros, que tiveram, em relação à Encosta do Olival, é uma espaço verde que fica na orla da freguesia, que está a ligar a zona da Calçada de Carriche até à Quinta dos Alcoutins, é um parque urbano que está na periferia da freguesia e que tem ali também um papel de ligar do ponto de vista da continuação da ciclovia. Em relação às questões da UITN (Unidade de Intervenção Territorial Norte), há esta questão da Rainha D. Amélia, o projeto é semelhante ao que já tinha sido proposto. Já se identificaram algumas melhorias, o projeto não previa a melhoria nas acessibilidades entre o Lar e a ADFa, era apenas na própria avenida, algo que disseram desde logo, é que uma vez que vão intervir que se dê soluções para as pessoas, quer no ADFa quer no Lar Militar, que, tendencialmente, têm algumas limitações na sua mobilidade. Outro exemplo que pode trazer, a proposta prevê um separador central e uma das coisas que assinalaram, também em função de uma ideia que está em cima da mesa, de colocar um posto de emergência no espaço do Lar Militar da Cruz Vermelha, que, caso haja a saída de uma ambulância, ela possa fazer o acesso à Rainha D. Amélia, quer no sentido descendente, quer no sentido ascendente. São dois exemplos de coisas que o projeto deverá vir a contemplar. O projeto de consulta, que irá decorrer a 28 de abril, visa ouvir as pessoas e o projeto tendencialmente será melhorado em função desse *feedback*. Em relação às ciclovias, nomeadamente no Estádio de Alvalade, é uma preocupação sua, é excessiva a duplicação da ciclovia em ambos os sentidos. Uma das propostas que já

apresentaram à Câmara é precisamente, não retirar a ciclovia, mas concentrar a ciclovia em um dos sentidos, no sentido afastado do Estádio, o que obviaria as questões de pegada e largada de passageiros, quer no Estádio quer no Pavilhão João Rocha, já deram nota disso à Câmara. Esta está a avaliar, de forma global, a situação das ciclovias e acreditam que talvez esteja pendente disso mesmo. A questão das subvenções versus aumentos salariais não é novidade, não é uma exclusividade do Lumiar, tem havido um aumento das prestações sociais, e bem, mas isso não tem sido acompanhado nos aumentos proporcionais na subvenção, a diferença sai daquilo que são as iniciativas e atividades da Junta. Têm essa dificuldade, cabe ao Estado central, não só tomar as decisões, mas também depois garantir a quem tem de assegurar essas remunerações de que têm condições para o fazer, sem colocar em causa o resto daquelas que são as suas competências. Em relação à questão da formação, a perspectiva é fazer face a elas e estão a ser desenhadas as intervenções que permitirão solucionar e dar eco àquelas que são as necessidades dos trabalhadores. Em relação aos espaços verdes, o concurso está agora a terminar, está no período de apresentação de reclamações e que permitirá passarem a ter 4 lotes, passam a assegurar uma parte da cobertura que não tinham. Havia alguns espaços verdes que estavam fora do contrato e que não tinham a manutenção adequada, até ver a proposta que estará em cima da mesa permitirá reduzir o valor adjudicado em cerca de 80.000 euros, mais ou menos, ou seja, aumentam a área e reduzem o valor. O processo está para terminar e não quer antecipar isso. Em relação às questões da carta habitacional, nomeadamente do espaço junto ao Pavilhão João Rocha, é um projeto de uma cooperativa de habitação, a ser implementado num lote que fica atrás da bomba, está ali um lote, que agora até está a ser utilizado como um estacionamento indevido. Estão à espera que a Câmara também clarifique quais é que são as regras para essa cooperativa, para que ela possa avançar rapidamente. Em relação aos contratos, nomeadamente os CDCs, não foi possível negociar agora alterações aos mesmos, mas há várias regras de aplicação dos mesmos pelas quais o Lumiar, e diria até as freguesias maiores e mais periféricas, são fortemente prejudicadas. Há uma assimetria significativa na forma como os fundos são distribuídos, já deram eco disso mesmo à Câmara, no sentido de se rever essa distribuição, o mesmo dizendo em relação às questões dos CDCs associados à higiene urbana, em que o valor também acaba por ser idêntico para todas, sendo que também é prejudicial para as freguesias que são maiores e que têm mais equipamentos a servir. Essa é a situação, esperam vê-la melhorada oportunamente. Vai agora responder às questões apresentadas pelo LIVRE, em relação ao metro, julga que não precisa de repetir a resposta que já deu à CDU, de qualquer forma, é

uma situação em que terão oportunidade de partilhar mais informação com a população, na sequência da reunião que vão ter na próxima sexta-feira. Em relação ao Parque da EMEL, já tinha respondido, reitera que o Francisco fará parte da solução, já que integra o grupo que foi deliberado por esta assembleia criar. Irão seguramente ter oportunidade de debater amplamente sobre isso. Têm reunido com a EMEL, no sentido de garantir que o processo avance o mais rapidamente possível, nomeadamente no que diz respeito à componente viária. Em relação ao miolo, o que é que vai ocupar o espaço, queriam algo que permitisse a fruição da população, naturalmente que este grupo e a população terão uma palavra a dizer nesse sentido. Em relação à questão do orçamento, deram uma situação que na altura do relatório trimestral era um problema, neste momento está em vias de resolução. Outro aspeto ainda tem a ver com a transferência de verbas, no que diz respeito aos assistentes operacionais e aos rácios que o governo entenda considerar. Isso é um outro problema, que, efetivamente, acaba por ser a Junta a assumir esse pagamento quando depois o Estado central não vai suprir o número de vagas, que efetivamente são o número de trabalhadores que estão ao serviço dessas crianças, que têm uma exigência de cuidados muito elevada. Em relação ao decréscimo de taxas, como disse na apresentação, dos 33% a menos, tem a ver com algum diferimento do pagamento, no primeiro trimestre é difícil tirar muitas conclusões em relação a isso. Alguns dos operadores económicos estão, eventualmente, a diferir o pagamento dessas taxas e não foi possível cobrar antes. O LIVRE tinha manifestado, aquando da aprovação do anterior orçamento, se aquela estimativa estava correta, folga em saber que conseguiram ultrapassar aquela estimativa. Dar a oportunidade ao LIVRE de reconhecer que tiveram razão em relação a essa matéria. Os 30.000 euros dos pareceres e consultoria são prestações de serviços externas, que incluem a consultoria jurídica que têm, quer na área global, quer na parte dos recursos humanos, o apoio que têm do ponto de vista da contabilidade e agora essa rubrica vai contemplar também a agência de comunicação, de que agora falaram. Agora, há outras duas questões que também vão ser incluídas, quer a questão do RGPD quer a do canal de denúncia, são estas prestações que serão ali incluídas. Além disso, inclui também os revisores oficiais de contas, o inventário, que poderão ver no ponto seguinte da ordem de trabalhos e o apoio da CityHall no caso do SIADAP, esta rubrica tem esses diversos fornecedores e que são a explicação para esses pagamentos.

Presidente da Assembleia de Freguesia informou que tendo passado a situação da Informação Escrita do Presidente, por uma questão de organização, sendo uma prática ao

longo das últimas assembleias de freguesias, já do anterior mandato, pediu ao Sr. Presidente para fazer os comentários relativos aos pontos 2, 3, 4 e 5, tudo em conjunto.

Presidente da Junta de Freguesia referiu que, em relação ao inventário, com a permissão do Sr. Presidente, passaria a palavra à Sra. Tesoureira.

Joana Barata Lopes (Tesoureira) mencionou que, com a permissão do Sr. Presidente, e depois de cumprimentar todos os presentes ali e quem os acompanha *online*, apenas para dar nota de que o inventário é para ser apreciado. Receberam os mapas que contêm os ativos da Junta de Freguesia do Lumiar, deu nota que há duas situações que convém dar ali alguma relevância, faltam nesses mapas 539 registos, que resultaram em 541, depois de segregados, porque não têm valor e data de aquisição. A empresa de inventário, que agora está a fazer o inventário da Junta de Freguesia do Lumiar, detetou que o que está inventariado é só até 2019, não houve inventário feito depois de 2019, o que é muito perturbador e mesmo até 2019, por exemplo, o Centro de Convívio do Paço do Lumiar, que é um edifício, não estava contido no património da Junta de Freguesia do Lumiar, foi agora incorporado, mas dar nota que agora estão a haver essas correções, para que tenham essa perceção que isso origina diferenças. Se no anterior não estava um edifício, desde logo isso vai alterar o inventário seguinte, deu nota disso. Naturalmente que estão a trabalhar com a empresa de inventário para poderem perceber qual é a melhor forma para proceder às respetivas amortizações, mas apenas para dar nota disso, o mapa já contém o Centro de Convívio do Paço do Lumiar, para dar alguma justificação em relação a algumas discrepâncias em relação aos anteriores.

Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar informou que esta questão do inventário, como implicava uma atualização importante, acabou por condicionar também aquela que é a prestação de contas em termos patrimoniais, tem a ver com a forma como os bens podem ou não ser amortizados, há aqui várias matérias que colidem com a questão do relatório de contas. O relatório de contas é vasto, mas visa refletir aquilo que foi o exercício de 2022. Tinham uma situação financeira difícil e tiveram de ir buscar parte importante das receitas dos CDCs, que não estavam, como lhes disse há pouco, tinham uma situação de tesouraria muito difícil e só quando conseguiram aceder às tranches subsequentes dos CDCs, é que permitiu sanar essa circunstância. Estão ainda em execução de CDCs do

mandato anterior, faz com que haja uma verba importante transitável que tem a ver com isso. O valor que estão agora a incorporar, que é expeável que seja incorporado no exercício de 2023, tem principalmente a ver com isso e com situações que já estavam previstas, mas que acabaram por não ter a possibilidade de serem executadas. Tiveram também a oportunidade de ter o relatório dos novos revisores oficiais de contas, que, em relação ao relatório anterior, se tiveram oportunidade de comparar com o relatório anterior, poderão constatar que três das situações foram resolvidas e há duas que continuam por resolver, que, na prática, é o desdobramento de uma que existia no relatório anterior dos revisores oficiais de contas. Tem a ver, precisamente, com algo que ainda precisam de melhorar, mas que é um processo que estão a desenvolver e que esperam no próximo ano já possa ser alvo de um parecer sem reservas, ao contrário do que aconteceu nos últimos dois exercícios. Em relação ao inventário, constatou-se agora que havia esta enorme discrepância e estão a desenvolver esforços no sentido de o podermos resolver. Em relação à revisão ao orçamento, o que fizeram foi identificar as áreas que, algumas já têm verba consignada, dizem respeito a CDCs, nessa matéria não faz sentido estar a discutir a sua alocação, em relação às outras tentaram reforçar as áreas que, até no orçamento inicial, aprovado em finais de 2022, tinham ficado mais deficitárias, tinham atividades a decorrer no segundo semestre do ano e os recursos vão ser mobilizados nesse período subsequente. Em relação às alterações do mapa de pessoal, ele mantém a mesma dimensão, o que houve foi uma reorganização interna dos profissionais, em função da organização que definiram, quer das divisões quer dos núcleos. A Sra. Vogal dos Recursos Humanos pretende usar da palavra para detalhar um pouco mais.

Carla Sequeira (Vogal dos Recursos Humanos) esclareceu que de facto têm 121 postos ocupados e 6 postos cativos para pessoas que estão em mobilidade ou em nomeações no exterior, o que ainda dá 56 lugares disponíveis no quadro de pessoal, que não foi alterado desde o início do mandato. Consta neste momento, para além dos 10 da higiene urbana, têm mais 12 funcionários em concursos, 12 postos de trabalho em concurso. Realçou que tiveram 1.000 candidaturas para estes postos de trabalho, vai demorar um pouco a analisar tudo isso e a acabar. Em princípio, estes entrarão este ano, para além dos outros 10 para a higiene urbana, que o Sr. Presidente já referiu há pouco. Este ano ainda conseguirão ocupar mais 22 dos 56 lugares vagos. Tem dúvidas que consigam ir mais longe, vai depender mais de questões orçamentais do que propriamente de questões de recursos humanos. Se o orçamento conseguir suportar um pouco mais, continuarão na senda que têm vindo a fazer

até agora, de reduzir a precariedade dos funcionários, mas, obviamente, tendo em conta as reais necessidades que a Junta tem e para quadros que são necessários e não para quadros temporários. Essa é a sua principal preocupação.

Presidente da Junta de Freguesia para terminar, fez uma clarificação que urge colocar, ainda em relação ao valor da agência da comunicação, esse valor inclui o *site*, quis clarificar essa situação. O desenvolvimento do *site* já está incluído nos 30.000 euros que referiu há pouco. A agência de comunicação começou a trabalhar este ano, não houve nenhuma intervenção no *site* até à sua contratação, o que fizeram foi pôr conteúdos na plataforma que já lá estava, mas que não tinha nenhum desenvolvimento. O *site* não mudou desde o dia 18 de outubro de 2021 até à data de hoje, está tal e qual como estava, mas atualizada a informação. Do ponto de vista do desenho do *site*, ele não levou nenhuma alteração. O que estão a fazer agora é a reconfigurar o *site*, a refazer o *site*, e isso só vai acontecer agora, expectável que seja até ao final do mês. É expectável que agora mude em termos de qualidade. Não aprofundou as diferentes matérias, os documentos são vastos, se houver alguma questão que queiram colocar, têm todo o gosto em clarificar.

Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou aos membros da assembleia quem queria intervir sobre estes 4 pontos em discussão.

João Maria Charneca Condesso (CHEGA) quis fazer um comentário ao ponto 4. Ficaram com 342.000 euros livres em termos orçamentais, aqui crescem mais 98.000 euros que estavam consignados, mas foram alocados a outros investimentos, ficam também com alguma liberdade de utilização. Para si não ficou claro o que será feito com isso, ou seja, quais os critérios de utilização desses valores. O CHEGA considera que os investimentos efetuados têm de ter critérios mais ou menos claros em termos de atribuição de prioridades, relacionados com o grande objetivo que preside à gestão autárquica, que é o bem comum. É tentar melhorar as condições da nossa comunidade, da melhor forma possível. Quanto maior o número de pessoas ajudadas pelos investimentos feitos, maior a prioridade que deve ser atribuída, é óbvio que para o mesmo grau de urgência, de rapidez de implementação, têm de ver qual é o número de fregueses que são beneficiados com os seus investimentos. Dá um exemplo, se têm de escolher entre pôr bancos no jardim que afetam meia-dúzia de pessoas ou num parque infantil usado por dezenas de crianças e seus

pais, pensa que não há dúvidas de que devem optar pelo parque infantil. Se têm de escolher entre um parque infantil sozinho ou um parque infantil que é integrado num centro social, onde passam centenas de crianças, também não devem ter dúvidas em relação à aplicação, a prioridade tem de ser pelo parque infantil, que é usado por centenas de crianças, que são acompanhadas. Este tipo de prioridades é muito importante ter em conta. Basicamente, é isso, quantas mais pessoas estão a beneficiar, têm de ter cuidado com a prioridade do seu investimento.

Carlos Manuel Marques Figueira (IL) quis dar uma nota muito rápida, em termos de informação, tanto quanto possível, se todos estes quadros, sobretudo os quadros de componente numérica, em que fosse possível entregar a informação de forma tratável, exportada não para um PDF mas para um Excel, seria muito importante. O mapa de inventário é completamente intratável. Era só esta nota, no fundo prática para futuro.

Pedro Lages Abrantes Pavia Saraiva (PS) referiu que seria breve, quis apenas deixar uma clarificação na sequência daquilo que o Presidente disse sobre os Contratos de Delegação de Competências. O executivo da Câmara Municipal de Lisboa, após diálogo com as freguesias, decide em que termos é que delega competências nas freguesias e o executivo da Câmara Municipal de Lisboa, durante este mandato, a única coisa que fez relativamente a esta matéria foi fazer copiar/colar das delegações de competências que vinham do executivo anterior, não alterando sobre elas uma vírgula. Portanto, virmos aqui, constantemente, fazer moções, recomendações, sobre as alterações de Contratos de Delegação de Competências, quando a sua negociação é uma competência própria do Executivo da Junta com o Executivo da Câmara Municipal e queixarmo-nos de que os valores das verbas transferidas para a Junta não são suficientes para fazer face àquilo que é o seu trabalho, que compreende e subscreve, estão no fundo a dizer que as competências que nós temos não somos capazes de as exercer. É só assim que pode interpretar aquilo que o Sr. Presidente da Junta lhes transmitiu. E se assim é, pergunta se o que lhes vai propor, quando forem revistos os Contratos de Delegação de Competências, é que esta assembleia os chumbe porque não os considera capaz de os exercer pelo valor das verbas que são transferidas. Se assim é, só pode concluir que, infelizmente, o Executivo não foi capaz de fazer uma negociação com a Câmara Municipal de Lisboa e que esta não demonstrou interesse em fazer uma negociação séria. Faz-lhe alguma confusão, estarem

constantemente com esta conversa, pelo que sabe, aliás, a Câmara Municipal de Lisboa vai até deliberar que os CDCs que expiravam em dezembro 2022, e que ainda não foram concluídos, que possa ser utilizada essa verba até ao final do ano de 2023, o que lhe parece ser uma boa notícia, tendo em conta a baixa taxa de execução que o Sr. Presidente faz sempre questão de frisar. Tem até ao final deste ano para dar continuidade a essa questão, que acredita esteja muito melhor do que no mandato passado. O Contrato de Delegação de Competências, que é feito ao abrigo da taxa turística, é exclusivamente para questões do turismo, que não se concretiza na utilização do Estádio de Alvalade ou o do Benfica, o turismo concretiza-se em formas corretas e em análises que são feitas através de relatórios que foram feitos à data, admite que podem não estar atualizados, mas, que ele saiba, também não houve turismo em 2020 e 2021 com a pandemia e não foi por isso que o executivo anterior não continuou a pagar essas verbas. Dizer que o Partido Socialista está totalmente do lado da Junta de Freguesia para, junto da Câmara, apelar a que esses valores sejam revistos. Acha que já deviam ter sido revistos, a Câmara teve a possibilidade de os ter revisto e decidiu manter os mesmos valores. O Sr. Presidente, no aniversário da freguesia, onde, já agora, gostava de ter estado presente apesar de não ter sido convidado, anunciou, com grande pompa e circunstância, esse aumento das verbas. Se o valor das verbas vai aumentar, vão para o segundo ano de mandato desta coligação, estão a meio do mandato e se o valor das verbas vai ser aumentado, gostava de saber quando, como e em que condições, porque até agora a única coisa que viram foram as mesmas verbas que tinham sido aprovadas no mandato passado. Sabem que há aumento de salários, de preços e percebem que seja difícil a manutenção desses valores, portanto, estão solidários com o Executivo da Junta para junto da Câmara Municipal de Lisboa apelar para o aumento das verbas destas delegações de competências.

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE) informou que tem 4 perguntas, ou esclarecimentos, especificamente em relação a mais detalhe do que são Equipamentos Básicos, que são mais 30.000 euros. Aqui, noutra rubrica, Outros Investimentos Serviços Gerais, são mais 98.000 euros, também gostava de saber o que era. Têm ali também na alteração orçamental de despesa, duas alterações que não lhe parecem fazer muito sentido e gostava de ter o esclarecimento do Executivo. Um deles é o consumo de água nos espaços verdes, a alteração prevê mais 130.000 euros, e em relação à eletricidade também se prevê um aumento do custo da eletricidade, quando os preços estão a descer e no mercado

grossista, os preços até são zero. Aliás, há pessoas que tiveram contas de eletricidade zero por causa dos preços do mercado grossista.

Artur David Cunha Reis (PS) quis só referir a questão da certificação legal de contas, porque o Sr. Presidente referiu que uma das bases para a opinião com reservas, que foi apresentada, terá sido a tal questão daquele diferencial do inventário, mas, analisando o documento, não consegue localizar essa reserva. Há ali 3 pontos, portanto, referem os procedimentos existentes, enfim, que constam do documento, está ali uma questão, não encontram em condição de garantir a razoabilidade do valor de cerca de 340.000 euros na rubrica de Vendas e Prestação de Serviços. Depois, o sistema de controle interno contabilístico e variações do património líquido numa quantia de 1.200.000 euros, subsídios de investimento. Se o Sr. Presidente podia dar essa justificação. Já agora, não estará a dar novidade nenhuma ao Sr. Presidente e ao Executivo, de 2019 para a frente houve uma pandemia e nesse período foi complicado conseguir fazer-se um inventariado do ativo da Junta.

Presidente da Junta de Freguesia referiu que, há pouco, no fim da intervenção, esqueceu-se de mencionar que estão presentes também, para qualquer esclarecimento mais técnico, quer o seu contabilista quer o seu revisor oficial de contas. Questões mais concretas, podem ser de forma mais cabal esclarecidas por eles. Respondendo às questões que foram colocadas, no que diz respeito à questão do CHEGA, da prioridade, claro que sim, a alocação de verbas é feita em função daquilo que possa maximizar a vantagem para os cidadãos, aqui a dificuldade é que estão a ter que absorver vários aumentos de despesa, nomeadamente dos recursos humanos, das matérias-primas, que faz com que a liberdade de expor essa verba não seja tão significativa. No âmbito do que foi o seu programa eleitoral e das prioridades elencadas, querem maximizar o acesso às melhores condições para os fregueses. Portanto, isso também o fazem com total transparência, as propostas são por si conhecidas, não há aqui nada a esconder. Em relação à sugestão apresentada pela Iniciativa Liberal, de disponibilizar os dados em Excel, é uma questão de ver se tal é possível, não estão nessa forma, mas tentarão fazer com que a informação possa ser tratável o mais possível. Recorda que já evoluíram de uma situação de fotocópias de coisas impressas, que nem davam para analisar pesquisando o documento. O caminho faz-se caminhando, lá chegaremos, talvez até a termos um *dashboard* que possa responder à

pergunta: quanto é que se gastou em parques infantis? E ele dá a resposta. Estão a trabalhar para que a transparência possa melhorar e essa possa ser uma ferramenta útil. Em relação às questões dos CDCs, talvez faça mea-culpa de não ter sido suficientemente explícito em relação a que CDCs se referia. O membro Pedro Saraiva tem razão em relação aos CDCs que são negociados, de mandato, aí há total liberdade, a Câmara dispõe de 50 milhões de euros que vai distribuir pelas 24 freguesias. O que também está para ser apresentado em reunião de Câmara, de que forma será essa distribuição, em relação a essa negociação, como foi público pelo Presidente da Câmara, houve um reforço dessa verba destinada ao Lumiar, será apresentada em Câmara e a partir daí será tornada pública. Dizer também que em relação a essa questão, há essa liberdade no que diz respeito a esses CDCs, mas estava a referir-se às regras da taxa turística e essa sim tem um conjunto de variáveis que faz com que a distribuição seja feita em função do turismo. Não acha que se deva excluir do turismo, por exemplo, a frequência dos estádios de futebol, até porque há a participação nas competições europeias do Sporting Clube de Portugal, que saúdam, e que trazem turistas ao Lumiar e que tem implicações importantes no que diz respeito à limpeza e higiene urbana, por exemplo. É esporádica, mas que gera dificuldades em relação à higiene urbana. Em relação a essa matéria, caberá a eles, Junta, negociar isso com a Câmara, é que aqueles critérios que atualmente estão em vigor, talvez não sejam os melhores e prejudicam as freguesias grandes e periféricas. As Juntas, até lideradas pelo Partido Socialista, que se estão a mobilizar para encontrar soluções para melhor financiar o seu trabalho, e bem. Em relação a essa matéria da taxa turística, durante o tempo da pandemia, e todos sabem que houve, as freguesias que recebiam mais dinheiro continuaram a receber esse dinheiro e não tinham turistas. Essa questão tem implicação séria nas finanças de cada um de nós. Há aqui uma distribuição que é assimétrica, mas não pode ser tão assimétrica. É essa a sua opinião. É para isso que vão trabalhar, para que seja feita essa revisão. Outro aspeto importante, tem a ver com o fenómeno da implementação da legislação em 2013 e as transferências de competências, pensa que é importante visitar esse tempo e ver se as transferências para as diversas freguesias, nomeadamente para o Lumiar, se na altura não ficaram coisas a descoberto que não deveriam ter ficado. É para isso também que estão a fazer um trabalho de identificar com as restantes freguesias, para perceber se há ou não aqui uma distribuição que não é adequada de recursos, nomeadamente para o Lumiar. Estão a tentar funcionar num registo que depois é disfuncional, que não permite depois funcionar da melhor maneira. Lamentar que não tivesse sido convidado para a comemoração do aniversário da freguesia, que foi aberta a todos os fregueses. As pessoas, oportunamente, puderam

encontrar um bilhete, todos os membros da assembleia de freguesia foram convidados, não todos, foram os efetivos e não os que hoje estão presentes em regime de substituição. De qualquer forma, também em relação a esse convite, havia a possibilidade de se fazerem substituir, teriam tido o gosto de contar com a participação de todos os que quisessem. Fica desde já o convite feito para a próxima edição do aniversário, faz questão de convidar pessoalmente o Pedro Saraiva para que não fique de fora dessa comemoração. Em relação aos consumos, como os da água e da eletricidade, efetivamente houve um custo adicional, ele tem vindo a aumentar, no caso da água porque estão também a abastecer mais, nomeadamente áreas verdes e, portanto, este aumento terá mais a ver com o aumento estrutural do que com essa questão. De qualquer forma, é sua intenção fazer uma análise mais detalhada de todos esses custos, até porque acham que haverá aqui desperdício relevante, seja nestes custos, seja no gás afeto às escolas, há aqui muita margem de progressão. Em relação à eletricidade, têm de olhar melhor para as diferentes modalidades de contratação, nomeadamente no âmbito do projeto da cooperativa de energia, poderá haver aqui uma vantagem até de, assumindo o custo da implementação da infraestrutura fotovoltaica, ter depois o retorno dessa energia e reverter quer para a Junta, na poupança de custo, mas também nos projetos que estão a desenvolver, com uma componente social. Vão haver famílias vulneráveis que vão beneficiar desse projeto e, eventualmente, eliminando todos os seus gastos do ponto de vista da eletricidade, com uma poupança significativa. Pensam ter isso a funcionar. Em relação às questões, quer os 98.000 euros de serviços gerais, são verbas que estão no âmbito dos CDCs, foram aplicadas nessa ótica. E os 38.000 são os valores que sobram do saldo de gerência e que serão aplicados. O equipamento básico inclui por exemplo o equipamento das fotocopiadoras, foram alguns gastos que foram feitos e que virão a ser feitos nesse sentido. Em relação à questão final, da certificação legal de contas, levantada pelo Artur Reis, socorreu-se do apoio do revisor oficial de contas para clarificar a questão e como ela está refletida. Uma que tem a ver com a receita e outra que tem a ver com a despesa. Pediu ao revisor oficial de contas, caso o Sr. Presidente autorize, que está na sala, se os consegue elucidar as reservas que foram colocadas no relatório e a que é que dizem respeito.

Revisor Oficial de Contas esclareceu que quem presta contas é o Executivo, mas relativamente às questões que foram colocadas, em primeiro lugar, efetivamente a certificação de contas deste ano não faz alusão àquele tema, eventualmente por lapso, a certificação do ano anterior fazia uma alusão a uma lacuna nos ativos fixos tangíveis, que

era significativa, porque havia um levantamento que não estava efetuado. Este ano, face ao levantamento efetuado e à informação que receberam, se olharem para a rubrica do balanço, verificam que a rubrica dos ativos fixos tangíveis subiu significativamente e essa subida significativa deveu-se à inventariação que se procedeu. Na sua opinião, não há qualquer menção a esse aspeto, porque entenderam que deveria de ser removida, não deveria manter-se a reserva anterior. No que lá consta, a Junta, tal como outras instituições públicas que aplicam o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, no fundo tem dois sistemas contabilísticos, o orçamental, que funciona numa lógica de caixa modificado, e um de em regime de acréscimo, mais próximo daquilo que é tradicionalmente a contabilidade das empresas, e é muito normal que as instituições públicas neste processo de adoção do sistema contabilístico do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), digamos assim, mantenham estruturalmente algumas dificuldades em incorporar as práticas contabilísticas do balanço e da demonstração de resultados. Na certificação legal de contas, em relação à informação orçamental, não colocaram qualquer observação, porque sentem que a observação orçamental que foi apresentada é completa, cumpre com as normas e é credível, sob esse ponto de vista não há qualquer observação. O que sentiram, nos testes que fizeram, é que aquele regime de acréscimo, ou seja, as operações devem ser registadas contabilisticamente nos períodos a que dizem respeito, independentemente dos períodos em que há o fluxo financeiro ou o pagamento ou recebimento, o regime de acréscimo aqui está ainda bastante incompleto e os procedimentos instituídos ainda lhes dão confiança suficiente para que os rendimentos e os gastos, e não as despesas e as receitas e os pagamentos e os recebimentos, sejam de forma completa e devidamente especializados e imputados aos exercícios a que dizem respeito. Se repararem nas observações que têm, uma é dirigida aos rendimentos, outra aos gastos e uma outra dirigida a uma rubrica do capital próprio, que, indiretamente, tem a ver com o inventário que foi feito. Acontece que nas verbas que são recebidas para a atividade da Junta, recebem-se verbas para financiar atividade corrente e para financiar investimento nesse capital. Essa segregação contabilística ainda não lhes merece uma confiança total e não conseguem quantificar completamente essa fronteira e depois qual é a implicação que isso tem? A componente de verbas que são recebidas, que é para apoiar financeiramente a aquisição de bens de capital, equiparada à subsídio-investimento, e vai para o capital próprio, e depois, todos os anos, digamos assim, assim como o equipamento que está no ativo e é sujeito à depreciação e à quota de depreciação anual, há, digamos assim, uma contra depreciação do outro lado, em que é retirada da parcela do capital

próprio uma verba equivalente que também vai aos resultados. O resultado do ano recebe a depreciação do lado dos gastos e recebe a imputação anual do subsídio ao longo da vida útil do bem. Essa situação, aqui na contabilidade da Junta, ainda não é uma situação que lhes mereça completa confiança. O que não quer dizer que as classificações em termos orçamentais não sejam seguras. É um tema que tiveram, inclusivamente, de dialogar com o Executivo, de transmitir essa situação. Desenvolverão o tema se tiverem essa possibilidade, também com os próprios serviços da contabilidade. Apesar de tudo, há um dado que é importante, havia uma lacuna no reconhecimento do património da freguesia, que era uma coisa absolutamente colossal e que foi significativamente colmatada. Não quer dizer que esse trabalho não continue. Há bocado, falava-se do imóvel que carece de ser adequadamente classificado, mas, e pediu desculpa ao Presidente do Executivo, a sua reserva não fazia referência a esse aspeto, a do ano passado fazia. Agradeceu e referiu que estará sempre ao dispor para algum esclarecimento.

Presidente da Junta de Freguesia agradeceu quer ao seu contabilista quer ao seu revisor oficial de contas.

João Maria Charneca Condesso (CHEGA) mencionou um caso concreto, Paróquia do Alto do Lumiar, o átrio está desde o início do mandato em péssimo estado, tem um parque infantil que está completamente destruído. A Paróquia vai receber gente e já está a ter muitas atividades para as Jornadas Mundiais da Juventude. Questionou qual é a prioridade para este caso em concreto.

Presidente da Junta de Freguesia referiu que a prioridade é que têm uma freguesia com 46.000 habitantes e têm de prestar serviços a todos. Esse espaço em concreto está identificado, tem ali questões várias, tem a ver com as acessibilidades ao espaço, tem lá um pequeno triângulo que, eventualmente, poderá ter sido, e voltar a ser, um parque infantil, mas neste momento não têm ainda um projeto concreto para ali. Estão a procurar a melhor solução, quer para ali quer para os restantes espaços da freguesia, que carecem, infelizmente, de manutenção. Não consegue afirmar já o que irão ali fazer, mas está identificado.

Presidente da Assembleia de Freguesia passou às votações.

Ponto 3, Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2022:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (IL), 1 (CHEGA);

Abstenção: 5 (PS), 1 (BE), 1 (CDU), 1 (LIVRE);

Votos contra: 0.

Aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 8 abstenções.

Ponto 4, Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2023 (PPI e PPA) e da Norma de Execução Orçamental:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (IL);

Abstenção: 1 (LIVRE), 1 (CHEGA);

Votos contra: 5 (PS), 1 (BE), 1 (CDU).

Aprovado por maioria, com 10 votos a favor, 2 abstenções e 7 votos contra.

Ponto 5, Apreciação e votação da alteração ao Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia:

Votos a favor: 5 (PSD), 4 (CDS-PP), 1 (CHEGA);

Abstenção: 5 (PS), 1 (BE), 1 (CDU), 1 (LIVRE), 1 (IL);

Votos contra: 0.

Aprovado por maioria, com 10 votos a favor e 9 abstenções.

Presidente da Assembleia de Freguesia entrou no último ponto, Ponto 6 – Relatório sobre o Estatuto do Direito de Oposição –, que não tem votação, pedindo ao Presidente da Junta que falasse nele.

Presidente da Junta de Freguesia referiu que, na prática, aquele relatório vai beber muito àquilo que já era o relatório anterior, de tal maneira que há um lapso no relatório, que ainda menciona datas do ano anterior. Na prática, têm tentado envolver os diversos partidos com assento na Assembleia de Freguesia do Lumiar naquilo que é uma saudável convivência democrática, tentando obter contributos. Tentaram partilhar toda a informação necessária, criar as oportunidades para que as diversas bancadas possam também intervir de forma proativa. O relatório é bastante claro, mas se houver questões que possam melhorar, estão sempre disponíveis para as ouvir, para que a participação de todos possa contribuir, de forma relevante, para melhorar aquilo que são as condições dos fregueses do Lumiar.

Presidente da Assembleia de Freguesia Passou para a votação da ata em minuta.

Aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou então que se fizesse, conforme solicitado pela CDU na sua Moção n.º 4, um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra Rússia-Ucrânia.

Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada, precisamente à meia-noite, a assembleia de freguesia. Agradeceu a todos a presença. Acrescentou que foi uma sessão trabalhosa, mas muito positiva. Desejou um bom fim-de-semana e uma boa noite a todos.